



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2024
(Processo Administrativo nº 4302/2024)

A Prefeitura Municipal de BARREIRAS/BA, com base no Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Geral do Município, favorável a legalidade e possibilidade do procedimento, torna público que, através do seu Pregoeiro, realizará licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **POR LOTE**, cujo objeto é executada pelo regime de **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** visando a **Aquisição de MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE PESSOAL, DESCARTÁVEIS E MATERIAIS PARA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE PISCINAS**, visando atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Barreiras-BA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.1. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30min do dia 07/01/2025;

1.2. LOCAL: SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.licitanet.com.br/>.

1.3. OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.licitanet.com.br/> e Diário Oficial.

1.4. Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site descrito no item 1.2.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema “LICITANET”, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em <https://portal.licitanet.com.br/> no menu ajuda/manuais ou pelo telefone (34)2512-6500 opção 2.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrado na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/> fornecedor ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

3.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s).

3.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.6.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficientes para atender satisfatoriamente às exigências previstas no Termo de Referência; e considerando que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades na gestão da obra, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em consórcio na presente concorrência.

3.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da Ata agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.10. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.6.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

4. CREDENCIAMENTO E ACESSO NA PLATAFORMA LICITANET

4.1 Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>

4.1.1. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

4.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>. 5.1.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu (ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Barreiras/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

4.2.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções previstas e no art. 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

4.5. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Barreiras/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. Para participar deste Pregão Eletrônico, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>.

4.8. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.

4.9. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do(a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.10. O(A) licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.

4.11 O(A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu(ua) representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

5. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NA PLATAFORMA

5.1 Os(As) licitante(s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.

5.1.1 A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

5.2. Como requisito para a apresentação da proposta, **a licitante declarará**, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

5.2.1. o cumprimento dos requisitos para a habilitação;

5.2.2. a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;

5.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá **declarar, ainda**, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.3.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.4 A falsidade da declaração de que trata o item 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.5 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.7. Em sua proposta eletrônica, a licitante deverá:

5.7.1. informar o preço unitário; porcentagem de desconto do(s) lote (s), para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.

5.7.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

5.7.2. evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

5.8. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

5.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 5.8.1;

5.8.3. o valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

5.9 Independente dos termos firmados no sistema eletrônico, é imprescindível que o licitante arrematante apresente todas as declarações exigidas no edital.

5.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou cadastradas pelo pregoeiro no sistema ou pela sua desconexão.

5.11. No preenchimento das informações no Sistema, quando do cadastro da proposta de preço, previamente à sessão pública de lances, é vedada a identificação da licitante, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

5.12 DA COTA PRINCIPAL E DA COTA RESERVADA – APLICAÇÃO DA LC 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014 - DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME e EPP.

5.12.1. Os **LOTES 01, 03, 04 e 05 (COTA PRINCIPAL)** são destinados à participação ampla dos interessados que atendam aos requisitos deste edital, inclusive aos que se enquadrem na condição de Microempresa - E ou Empresa de Pequeno Porte – EPP (com os benefícios previstos na LC 123/06);

5.12.2. Nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar n. 123/2006 (alterada pela LC n. 147/2014), **OS LOTES 02, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14 (COTA RESERVADA)** é para participação exclusiva apenas de ME e EPP.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O pregoeiro classificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente no sistema, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.

6.2.1. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4. Os lances formulados deverão indicar o MENOR PREÇO, POR LOTE.

6.5. Poderá ser fixado intervalo mínimo de tempo a ser observado entre as ofertas de lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.8 Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9 Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance/percentual de desconto registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

6.10 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades.

6.11 Para a etapa de lances neste pregão eletrônico será adotado o **MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**.

6.11.1 A disputa será aberta com duração de 15 (quinze) minutos.

6.11.2 Encerrado o prazo previsto no item 6.11.1, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de 10 (dez) minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.11.3 Encerrado o prazo previsto no item 6.11.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de melhor valor e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

6.11.3.1 Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 6.11.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

6.12 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.11.1; 6.11.2 e 6.11.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

6.13 Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

6.14 No caso de desconexão com o responsável pela licitação, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.

6.15 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPATES ENTRE PROPOSTAS

7.1 O sistema eletrônico identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.2. Nas condições do subitem anterior, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) relativamente à melhor proposta ou melhor lance, conforme o critério de julgamento adotado, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou em percentual de desconto superior ao da primeira colocada, conforme o critério de julgamento adotado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados após a comunicação automática para tanto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

7.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes beneficiárias do tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123, de 2006, que se encontrem naquela faixa de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.5. No caso de equivalência dos valores ou dos percentuais de descontos apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o critério de julgamento adotado, que se encontrem nas faixas estabelecidas nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.6.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.6.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

8. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

8.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao percentual de desconto definido para a contratação ou tenha apresentado o melhor preço, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.1.1 Será aberto um prazo de 10 (dez) minutos, após o encerramento da fase de lances para a referida negociação com a empresa arrematante.

8.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, com o mesmo prazo estabelecido no subitem 8.1.1, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.1.3 A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.1.4 O resultado da negociação será registrado e divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.2. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao(à) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

9. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

9.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e após negociação, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

9.2 A licitante provisoriamente arrematante deverá enviar a proposta escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas úteis** subsequente ao da solicitação do Pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pelo Pregoeiro quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

9.2.1 No caso de licitação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, estas deverão ser encaminhadas pelo sistema com os respectivos valores readequados juntamente com a proposta escrita conforme modelo em anexo a este edital, sob pena de não aceitação da proposta.

9.2.2.A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na legislação vigente.

9.2.3 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta da licitante provisoriamente arrematante.

9.2.4 Ficam os interessados cientes da necessidade de atender aos prazos aqui fixados, ainda que tal lhe seja facultado.

9.2.5 Em obediência Princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de que trata o item 9.2, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preços ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência sendo realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a convocação do próximo licitante tendo em vista a Ordem de Classificação.

9.2.6 Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 9.2 deste edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 O conteúdo da Proposta de Preços Escrita, conforme modelo ANEXO VII, deverá dispor:

10.1.1. Preço unitário correspondente ao lance vencedor e total do item (preço unitário x quantidade), expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;

10.1.2. O preço unitário e total de cada um dos itens cotados, em algarismo, e o total de cada lote cotado, em algarismo e por extenso, prevalecendo o primeiro caso haja divergência entre o valor unitário e o total e, entre os expressos em algarismos e por extenso, considerado este último;

10.1.3. O Licitante deverá apresentar a marca do produto cotado.

10.1.4. conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

10.1.5. conter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

10.1.6. conter quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

10.1.7. Não serão aceitos preço unitário e global do Lote, acima dos valores de Referência da Administração.

10.1.8. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

10.1.9 A licitante deverá apresentar em conjunto com a Proposta de Preços, as seguintes declarações:

- a) **DECLARAÇÃO** em papel timbrado do licitante, assinada pelo responsável legal da empresa que **nos preços propostos estão incluídas todas as parcelas relativas aos serviços**, mão-de-obra, encargos trabalhistas, frete, seguro, embalagem, taxas, impostos e demais encargos incidentes, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pelo contratante para execução completa do instrumento contratual;
- b) **DECLARAÇÃO**, indicando **do(s) nome(s), cargo ou função, número(s) do CPF e da Identidade (indicar o órgão emissor) e endereço do(s) representante(s) da empresa que assinará (ão) o Instrumento Contratual**, na forma estabelecida no Contrato Social ou Estatuto da proponente;
- c) **DECLARAÇÃO** informando **número da Agência, número da Conta Corrente e Instituição Financeira (Banco)**, cuja titularidade seja da empresa licitante, onde deverão ser efetuados os pagamentos, caso venha a ser Vencedora da Licitação;
- d) **DECLARAÇÃO informando endereço eletrônico (e-mail) para fim exclusivo de comunicação entre as partes**, dispensando-se comunicação mediante correspondência física, se responsabilizando pela manutenção e funcionamento do endereço eletrônico fornecido;
- e) **DECLARAÇÃO** formal e expressa do Licitante devidamente assinada por um de seus responsáveis, **informando que entre seus diretores, gerentes, sócios e demais profissionais não figuram servidores ou dirigentes de órgão ou entidade da Prefeitura Municipal de Barreiras.**

11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1 O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

11.1.1. A consulta realizar-se-á em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

11.1.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

11.2 Será desclassificada a proposta arrematante que:

- 11.2.1. conter vícios insanáveis;
- 11.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 11.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 11.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 11.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.3 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

11.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

11.4 Para fins de comprovação de **exequibilidade**:

11.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.4.1.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem 11.3.1, só será considerada após diligência do responsável pela licitação, que comprove:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.4.1.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.5. Em licitação para contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima e daqueles presentes no Termo de Referência, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o que segue:

11.5.1. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, §3º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução (art. 59, §4º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021 (art. 59, §5º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o responsável pela licitação poderá colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada nesse objeto.

12. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.

12.1.1 A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação das aquisições obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

12.1.2 A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade, da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos, que não tenha participado do certame licitatório, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

12.1.3 O beneficiário do registro de preços, após a convocação formal por parte do órgão gerenciador do sistema, manifestará interesse em atender ou não à nova solicitação de acréscimo, desde que não comprometa o fornecimento das quantidades já registradas.

12.1.4 As aquisições adicionais a que se refere o item 12.1.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

12.1.5 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o item 12.1.2 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12.1.6 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

12.1.7 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

12.2 A CONTRATANTE formalizará seu pedido de fornecimento por meio de contrato ou instrumento equivalente.

12.3 A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas beneficiárias do registro, cabendo-lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.

12.4 Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (ANEXO I) e da própria Ata de Registro de Preços (Anexo IX).

12.5 As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

12.6 O Órgão Gerenciador acompanhará a evolução das condições de mercado dos preços registrados.

12.7 Os preços registrados serão considerados compatíveis com os de mercado se forem iguais ou inferiores à média daqueles apurada em pesquisa.

12.8 Sendo o preço registrado na Ata de Registro de Preços superior à média de preços do mercado, o Órgão Gerenciador solicitará, mediante correspondência, novas propostas de preço às empresas beneficiárias do registro.

12.9 Caso os novos preços propostos permaneçam superiores à média dos preços de mercado apurada em pesquisa, o fato será registrado nos autos do processo, promovendo-se a contratação da aquisição por meio de nova licitação, assegurada às empresas beneficiárias do registro a preferência na contratação quando o menor preço/menor desconto obtido no certame for igual ao registrado.

12.10 Caso os preços registrados e os obtidos em nova licitação permaneçam superiores à média de preços de mercado apurada em pesquisa, poderá ser feita a contratação direta, com dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso III, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 O registro de preços será formalizado pela Ata de Registro de Preços, na forma do ANEXO IX.

13.1.1. A ata de registro de preços poderá ser formalizada com mais de um prestador, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

13.2 Serão celebradas tantas Atas de Registro de Preços quantas necessárias para o objeto deste pregão.

13.3 As Atas de Registro de Preços vigorarão pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, a partir da data da sua publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

14. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

14.1 As Atas de Registro de Preço serão firmadas entre Prefeitura Municipal de Barreiras e as licitantes vencedoras.

14.1.1 Serão incluídos na Ata de Registro de Preços os licitantes que aceitarem cotar os serviços em preços iguais ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, bem como do licitante que mantiver sua proposta original, conforme o inciso VI do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2 As licitantes vencedoras terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

14.3 A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se a Prefeitura Municipal de Barreiras o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.

14.4 As licitantes remanescentes convocados na forma do item 14.3, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços, não estarão sujeitas às penalidades mencionadas no item 24.

14.5 O órgão gerenciador poderá admitir a inclusão superveniente de novas empresas para os itens constantes da ata de registro de preços, desde que observadas as condições estabelecidas no edital, a ordem de classificação constante da ata e as condições oferecidas pelo primeiro colocado da licitação.

14.5.1 A admissão de novas empresas referida no item 14.5 deve ser publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, e será permitida nas seguintes hipóteses:

- a) quando, por peculiaridades de mercado, o quantitativo total estimado não for atingido no momento da licitação;
- b) quando o quantitativo total estimado sofrer acréscimo decorrente da ocorrência de fato superveniente devidamente justificado pela autoridade competente do órgão gerenciador.

14.5.2 A inserção de novos fornecedores para o item registrado ocorrerá mediante admissão, submetida à concordância dos demais fornecedores, que deverão se pronunciar, obrigatoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação de documento devidamente formalizado por representante legal da empresa com poderes “ad judícia” e “ad negocia”.

15. ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

15.1 Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

15.2 Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo da contratação dos serviços e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

15.2.1 Observado o disposto no item 15.2, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar os prestadores de serviço registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, os prestadores de serviço beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;
- c) convocar os demais prestadores de serviço, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

15.2.2 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

15.2.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de serviço específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

15.3 A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- a) pelo decurso do prazo de vigência;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;
- d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;
- e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

15.4 O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

15.4.1 Por iniciativa da Administração:

- a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;
- c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;
- d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

15.4.2 Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

15.4.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.4.3.1 Na hipótese prevista no subitem 15.4.3, o prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

15.5 Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de prestação de serviços, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

15.6 O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

16. DA HABILITAÇÃO

16.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

16.2. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.

16.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente arrematante, por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, no prazo de até **02 (duas) horas úteis subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.**

16.4 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação.

16.5. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

16.6. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 16.3. deste edital.

16.7 Dos documentos que compõem a **habilitação**:

16.7.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

16.7.1.1 **Pessoa Física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

16.7.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.7.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.7.1.4. **Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

16.7.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

16.7.1.6. **Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.7.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

16.7.1.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

16.7.1.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

16.7.1.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

16.7.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.7.2 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

16.7.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

16.7.3.1 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis, na forma da lei, comprovando a boa situação financeira da licitante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados a mais de 3 (três) meses da data de sua apresentação, vedada a substituição por Balancetes e Balanços provisórios.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

a) O Balanço Patrimonial deverá estar acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento extraídos do livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial, juntamente com a Certidão de Regularidade Profissional – CRP do Contador, devidamente válida no ato da publicação do balanço ou atualizada.

16.7.3.2 O Balanço Patrimonial também poderá ser disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).

a) O Balanço Patrimonial disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD deverá ainda acompanhar os seguintes documentos:

1. Balanço patrimonial dos 02 (dois) últimos exercícios sociais;
2. Termo de abertura e de encerramento;
3. Demonstração do resultado e exercício;
4. Certidão de Regularidade Profissional – CRP do Contador, devidamente válida no ato da publicação do balanço ou atualizada.

16.7.3.3 No caso de empresa recém-constituída (há menos de 01 (um) deverá apresentar o Balanço de Abertura devidamente registrado na Junta Comercial.

16.7.3.4 No caso de empresa constituída a menos de 02 (dois) anos, deverá apresentar Balanço patrimonial e demonstrações contábeis devidamente registrado na Junta Comercial apenas do último exercício.

16.7.3.5 A comprovação da boa situação Econômico-Financeira da empresa será avaliada pelos seguintes índices, apurados com base no balanço apresentado, os quais deverão vir com os respectivos valores inseridos nas fórmulas abaixo, conforme estabelecido no Art. 31, da Lei No 8.666/93.

Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,50$

Índice de Endividamento Geral $\leq 0,50$

16.7.3.5.1 O demonstrativo dos cálculos para obtenção dos índices acima será realizado em conformidade com as fórmulas a seguir:

a) Índice de Liquidez Corrente

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

PC

b) Índice de Endividamento Geral

$$EG = \frac{PC + ELP}{AT}$$

AT

Sendo:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

16.7.3.6 As fórmulas em apreço deverão estar aplicadas em memorial de cálculos.

16.7.3.7 Prova de que possui, até a data da apresentação da proposta deste Edital, Capital Social ou Patrimônio Líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou lote pertinente, comprovado através do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social ou Certidão emitida pela Junta Comercial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

16.7.3.8 Apresentar **Certidão negativa de concordata e falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, devidamente válida à data da sessão.

16.7.3.9 OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

a) Não serão aceitos “**protocolos de entrega**” ou “**solicitação de documento**” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

16.7.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.7.4.1 Comprovação de aptidão para fornecimento de materiais similares, equivalentes ou superior com o objeto desta contratação, ou com o lote pertinente, por meio da apresentação de, de no mínimo 01 (uma), certidão (oes) ou atestado (s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com quantidade e prazo com o objeto a ser licitado.

16.7.4.1.1 Para comprovação da aptidão para fornecimento e da compatibilidade em características, quantidade e prazo com o objeto licitado, será permitido o uso e a soma de atestados.

16.7.4.1.2 Não serão aceitos atestados ou declarações emitidas pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado de contratação.

16.7.4.1.3. O licitante deverá apresentar cópia do contrato que deu suporte à contratação, ou notas fiscais, ou documento comprobatório da execução do fornecimento do atestado apresentado;

16.7.4.2. Apresentação de Alvará Sanitário (ou licença sanitária) da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, para as atividades econômicas – CNAE dos produtos a serem licitados contidos na instrução IN nº 66, de 01 de setembro de 2020;

16.7.4.3. Em caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos art. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42 parágrafos 2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; f) ata da sessão que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

17. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

17.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

17.2. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.2.1. A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, o(a) Pregoeiro(a) poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.

17.2.2. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

17.3. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

17.4. Constituem motivos para INABILITAÇÃO da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 17.2.

17.4.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

17.4.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;

17.4.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

17.4.4. A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

17.4.5. A mesclagem de documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);

17.4.6. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

17.4.7. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

17.5. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

17.6. Caso a licitante não atenda às exigências de habilitação o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

18. DOS RECURSOS

18.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:

18.1.1. **Recurso Hierárquico** em face de:

a) julgamento das propostas;

b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

c) anulação ou revogação da licitação;

18.1.2. **Pedido de reconsideração**, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

18.2. Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitante (alínea b), serão observadas as seguintes disposições:

18.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, após o julgamento da proposta ou da habilitação, sob pena de preclusão.

18.2.1.1 A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

18.2.2. As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso deverá apresentar sua peça recursal, dirigidos ao(à) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do lote no sistema, após o julgamento da proposta e da habilitação de licitante.

18.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso 03 (três) dias úteis) e terá início na data de divulgação da interposição de recurso.

18.2.4. A apreciação dar-se-á em fase única.

18.3. Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.

18.4. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

18.5. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, através do e-mail licitacaobarreiras@gmail.com, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

18.5.1 A autoridade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

18.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.7. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

18.8. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

19. DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAIS DE ENTREGA E RECEBIMENTO

19.1. Os objetos do termo de referência deverão ser entregues nos seguintes Almoxarifados:

SECRETARIAS	LOCAL
Almoxarifado da Secretaria Municipal de Administração	Rua Barão de Cotegipe, nº 273, Centro, Barreiras/BA
Almoxarifado da Secretaria Municipal de Assistência Social	Rua Poções, 120, Loteamento Rio Grande – Barreiras-BA
Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde	Rua Marabá, nº 330, Barreirinhas – Barreiras – BA

19.1.1. Os materiais poderão ser entregues em outro local previamente determinado pelas Secretarias, neste Município, mediante a expedição de solicitação de fornecimento pelos Setores Competentes;

19.1.2. O prazo de entrega dos materiais é de até 10 (dez) dias úteis, contados após a requisição dos mesmos, através de solicitação de fornecimento emitidos pelas Secretarias, de forma parcelada, de acordo com a necessidade;

19.1.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

19.1.4. No ato da entrega dos materiais, as Notas Fiscais devem conter as quantidades e especificações de todos os itens fornecidos;

19.1.5. O transporte do material deverá ser realizado em veículo adequado que garanta a qualidade e integridade dos mesmos, sendo todos entregues em perfeito estado;

19.1.6. A empresa a ser contratada obrigará-se a substituir, sem ônus para a contratante, o material entregue avariado ou impróprio ao uso a que se destina;

19.1.7. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que determinado produto foi entregue em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompleto, a empresa contratada será notificada e o pagamento será suspenso até que a situação seja regularizada;

19.1.8. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto a ser licitado, correrão por conta exclusiva da contratada;

19.1.9. Qualquer produto será recusado inteiramente nas seguintes condições:

19.1.9.1. Caso seja entregue em desconformidade com as especificações constantes do item 1.2 deste termo e da proposta vencedora;

19.1.9.2. Caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo;

19.1.9.3. Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes.

19.1.10. Nos casos de recusa do produto, a empresa contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para providenciar a sua substituição, contados a partir da comunicação oficial feita pelas Secretarias Municipais.

19.1.11. Os itens dos lotes I e II que não forem isentos do registro da ANVISA, deverão possuir o devido registro, e o número do registro deverá ser apresentado juntamente com a proposta do preço.

19.2 O RECEBIMENTO

19.2.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

19.2.2. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

19.2.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

19.2.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

19.2.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

19.2.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

19.2.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

20. DA VIGÊNCIA

20.1. A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses. Os contratos oriundos da ata terão vigência de 12 (doze) meses (máximo de 5 anos) contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021;

20.1.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que a entrega dos itens é uma necessidade permanente, pois o consumo do objeto a ser licitado ocorre de forma contínua, nas Unidades das Secretarias da Prefeitura;

20.1.2. Os contratos oriundos da ata oferecerão maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

21. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

21.1. DA LIQUIDAÇÃO

21.1.1. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de 10 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;

21.1.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

21.1.3. Para fins de liquidação, o Setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do Órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

21.1.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

21.1.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

21.1.6. A Administração deverá:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018);

21.1.7. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

21.1.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

21.1.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

21.1.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação;

21.2. DO PRAZO DE PAGAMENTO

21.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados do atesto na Nota Fiscal, pelo Fiscal do Contrato;

21.2.2. Forma de pagamento:

21.2.2.1. As notas fiscais deverão ser entregues ao Setor de Compras do Município, para controle e processo de pagamento;

21.2.2.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá encaminhar juntamente com Nota Fiscal, os seguintes documentos:

I – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

II - Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

III - Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de Certidão Conjunto de débitos relativo aos tributos federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil;

IV - Prova de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

21.2.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado;

21.2.2.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

21.2.2.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

21.2.2.6. Independentemente do percentual de tributos inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

21.2.2.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

22. DAS OBRIGAÇÕES

22.1 DO CONTRATADO

22.1.1 Constituem obrigações da Contratada, além das constantes nos artigos 92, inciso XVI, 115, 119, 120 e 121 da Lei nº Federal nº 14.133/2021, as seguintes:

22.1.1.1. Executar o objeto de acordo com as condições, prazo, especificações e quantitativos estipulados no Termo de Referência e no edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

- 22.1.1.2.** Responsabilizar-se pela entrega dos materiais conforme estabelecido no Termo de Referência, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da Contratada;
- 22.1.1.3.** Substituir, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, os materiais que não estejam em conformidade;
- 22.1.1.4.** Garantir que os materiais a serem fornecidos atendam às exigências do Termo de Referência e que os mesmos sejam entregues com toda segurança de forma a preservar a integridade dos produtos, no local indicado pela Contratante;
- 22.1.1.5.** Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;
- 22.1.1.6.** Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto a ser contratado, para adoção das medidas cabíveis;
- 22.1.1.7.** Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários ao fornecimento dos materiais;
- 22.1.1.8.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, não cabendo as Secretarias Municipais, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos e indiretos;
- 22.1.1.9.** Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo Contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;
- 22.1.1.10.** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei e no Edital de licitação;
- 22.1.1.11.** Não transferir para outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato;
- 22.1.1.12.** Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, nos termos do artigo Nº 125, da Lei Federal 14.133/21.

22.2 DA CONTRATANTE

- 22.2.1** Supervisionar o fornecimento, por intermédio das Secretarias solicitante;
- 22.2.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas do Termo de Referência e dos termos de sua proposta;
- 22.2.3.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 22.2.4.** Notificar a Contratada por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;
- 22.2.5.** Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) produto(s) que estiverem fora da especificação ou com problemas;
- 22.2.6.** Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nos dispositivos legais;
- 22.2.7.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 22.2.8.** Fornecer atestado de capacidade técnica, quando solicitado pela Contratada, desde que atendidas às obrigações contratuais.

23. DAS PENALIDADES

23.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- d) Multa:**
 - (1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
 - (2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
 - (3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

23.3. A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

23.4. Todas as sanções previstas no Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

23.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

23.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

23.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

23.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

23.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

23.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

23.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

23.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21

24. DA GARANTIA

24.1 Será exigida a garantia da contratação no total de 5% do valor inicial do contrato, conforme tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021;

24.1.1. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato;

24.1.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato;

24.1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

25. DA FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

25.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> ou do endereço eletrônico licitacaobarreiras@gmail.com.

25.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> e publicada no Diário Oficial.

25.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

25.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

26. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

26.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

26.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

26.3 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

26.4 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

26.4.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, estiverem com prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

26.4.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

26.5 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

26.6 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

26.7 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

26.8 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, compensações ou apelações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

27. DA SUBCONTRATAÇÃO

27.1 Não é admitida a subcontratação do objeto, por se tratar de fornecimento de bens/materiais.

28. DO REAJUSTE

28.1 Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados anualmente, a contar do orçamento estimado, salvo dispositivo legal que de outro modo discipline a matéria ou no caso de desequilíbrio econômico-financeiro na relação contratual;

28.2. Adota-se o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou, na falta deste, o que vier a substituí-lo para correção do valor inicialmente contratado;

28.3. Com vistas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida, a qualquer tempo, a revisão do preço inicialmente contratado, desde que, em eventuais solicitações nesse sentido, a CONTRATADA comprove a superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

29. DA FISCALIZAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

29.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

29.2. Com base no artigo 11, do Decreto Municipal nº 45/2024, compete ao fiscal do contrato, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, especialmente:

- Acompanhar o cronograma de execução do contrato, monitorando os prazos e condições de entrega;
- Acompanhar sistematicamente a execução do objeto da contratação;
- Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, apontando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- Aprovar a entregas do objeto em consonância com o previsto no contrato, nos termos do inciso VI, art. 92 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- Apurar a importância a ser paga e a quem se deve pagar para extinguir a obrigação, com base no contrato e nos comprovantes de entrega dos itens;
- Comunicar formalmente a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais, para que esta tome as providências cabíveis à regularização de faltas ou defeitos;
- Examinar e conferir notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, e formalizar o atesto no recebimento dos itens;
- Fazer diligências junto à empresa contratada, se for o caso, adotando controles adequados e suficientes para registro destas reuniões;
- Informar ao Gestor, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- Manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, observando-se o prazo de um mês ou aquele estabelecido em contrato para emissão de decisões pela Administração;
- Receber provisoriamente as aquisições, sob sua responsabilidade, observando-se o disposto no capítulo IV do Decreto 45/2024;
- Solicitar a substituição, a expensas do contratado, no total ou em parte, de objeto do contrato em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.

29.3. Exercer qualquer outra atividade compatível com a função que lhe seja legalmente atribuída e em conformidade com a Lei 14.133/2021;

29.4. A fiscalização, exercida no interesse exclusivo das Secretarias Municipais, não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional, apurada na forma da legislação vigente;

29.5. Ficam designados os servidores públicos, mencionados abaixo, como Fiscais técnico e administrativo do Contrato:

29.5.1. **Titular** – ANGELICA PEREIRA DE ARAÚJO, Matrícula nº 63654, Cargo de Coordenadora, lotada na **Secretaria Municipal de Administração** – Almoxarifado; **Suplente** - MIRIAN ANGELICA NASCIMENTO CRUZ DE SOUZA, Matrícula nº 63354, Cargo de Subdiretor, lotado na **Secretaria Municipal de Administração** - Almoxarifado;

29.5.2. **Titular** - IURY GUIMARÃES DE ALBUQUERQUE, Matrícula Nº 63359, Cargo de Coordenador, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**;

29.5.3. **Titular** - ZAYRA BALTAZA DOS SANTOS, Matrícula nº 66026, Assessora Especial I, lotada na **Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho**; **Suplente** WALLAS DA SILVA SOUZA, Matrícula nº 59638, Cargo de Subcoordenador, lotado no **Gabinete do Prefeito**.

30. DISPOSIÇÕES FINAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

30.1 Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

30.2 Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis.

30.3 As referências de horário correspondem ao horário oficial da Bahia.

30.4 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

35. FORO

35.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

36. ANEXOS DO EDITAL

36.1 Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
ANEXO III	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA
ANEXO IV	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO
ANEXO V	DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ANEXO VI	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
ANEXO VII	MINUTA DA ATA
ANEXO VIII	ORDEN DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

36.2 – Este Edital contém 87 (oitenta e sete) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Barreiras/BA, 23 de dezembro de 2024.

Gislaine César de Carvalho Barbosa
Secretária Municipal de Administração

Melchisedec Alves das Neves
Secretário Municipal de Saúde

Gabriela Galdina Santana Nogueira
Secretária Municipal de Assistência Social e Trabalho



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 4302/2024)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE PESSOAL, DESCARTÁVEIS E MATERIAIS PARA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE PISCINAS, visando atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Barreiras-BA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento;

1.2. Os itens a serem licitados foram divididos em lotes conforme a especificidade e natureza de cada item, que estão especificados nas tabelas abaixo:

Lote I

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	U.F.	QUANT.
1	Acidulante líquido concentrado, para processo de lavagem de artigos têxteis, com ação neutralizante, a base de metabissulfito de sódio, sequestrante e veículo aquoso. Embalagem 30 litros. Validade 18 meses. Apresentar Ficha técnica do produto para fins de comprovação que o mesmo tenha certificação de qualidade ISO 9001.	BB	312
2	Água sanitária, com cloro ativo entre 2% e 2,5%. Embalagem de 1 litro. Validade máxima de 6 meses. Cx com 12 und.	CX	1749
3	Água sanitária, com cloro ativo entre 2% e 2,5%. Embalagem de 5 litros. Validade máxima de 6 meses.	GL	1645
4	Alvejante líquido concentrado a base de hipoclorito de sódio concentrado para lavagem de roupas. Validade 3 meses. Embalagem 30 litros. Apresentar Ficha técnica do produto para fins de comprovação que o mesmo tenha certificação de qualidade ISO 9001.	BB	312
5	Amaciante concentrado, perfumado para todos os tipos de roupas/tecidos, contendo tensoativo biodegradável. Composição: Cloreto de Dialquil Dimetil Amônico, glicerina, conservante, fragrância, corante e água. Embalagem 30 litros. Validade 18 meses. Apresentar Ficha técnica do produto para fins de comprovação que o mesmo tenha certificação de qualidade ISO 9001.	BB	312
6	Amaciante e acidulante líquido concentrado, para processo de lavagem de artigos têxteis, com ação neutralizante e amaciante, composição: Tensoativo não iônico, solvente, cloreto de dimetil dialquil amônio sebo hidrogenado, corante, essência, agente de controle de PH e água. Embalagem 30 litros. Validade 18 meses. Apresentar ficha técnica do produto para fins de comprovação de que o produto atende as especificações solicitadas e que o mesmo tenha certificação de qualidade ISO 9001.	BB	312
7	Aromatizador de ambientes, diluição 1:50, Composição: Tensoativo não iônico, corante, solvente, Cloreto de alquil dimetil benzil amônio e água. Embalagem 2 litros. Validade 18 meses. Apresentar ficha técnica do produto para fins de comprovação de que atende as especificações solicitadas.	GL	40
8	Aromatizador de ar para ambiente, aerosol, fragrância agradável, não contendo CFC (clorofluorcarbono), 06x360ml.	CX	276



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

9	Cera auto brilho incolor, base dispersão acrílica metalizada, com teor de sólidos 12% e agradável perfume. Embalagem 750ml. Validade 24 meses. CX c/ 12 und.	CX	3
10	Cera auto brilho, a base de polímero acrílico metalizado, composição: dispersão acrílica metalizada, emulsão de cera de polietileno, agente nivelador, plastificante e veículo aquoso. Embalagem de 5 litros. validade 24 meses.	GL	162
11	Desinfetante clorado a base de Hipoclorito de Sódio 2%. Validade 6 meses. Embalagem 5 litros.	GL	500
12	Desinfetante concentrado, diluição 20ml/L, teor ativo catiônico mínimo de 9,5%. Validade 24 meses. Embalagem 5 litros.	GL	3174
13	Desinfetante Hospitalar para Superfícies Fixas a base de Hipoclorito de Sódio 1%. Validade 6 meses. Embalagem 5 litros.	GL	390
14	Desinfetante anti-septico, tipo creolina 900ml cx c/ 12 unidades.	CX	31
15	Desinfetante e limpador de uso geral, a base de peróxido de hidrogênio, diluição até 1/200 (com ação desinfetante diluído até 1/40). Composição: Água; tensoativos não aniônicos; acidificante ativo; fragrância; corante. Peróxido de hidrogênio. PH 3,5. Embalagem de 5 lts. Apresentar Ficha técnica do produto para fins de comprovação de que atende as especificações solicitadas.	GL	34
16	Desinfetante em pedra para sanitário, 30 grs., com suporte simples em plástico, caixa com 36 unidades.	CX	233
17	Desinfetante uso geral, pronto uso, com ação bactericida contra: Salmonella choleraesuis, staphylococcus, Pseudomonas aeruginosa, Escherichia coli. Embalagem 500ml. Cx c/ 12 unidades.	CX	273
18	Desinfetante uso geral, pronto uso, com ação bactericida contra: Salmonella choleraesuis, staphylococcus, Pseudomonas aeruginosa, Escherichia coli. Embalagem 5 litros.	GL	1902
19	Detergente gelatinoso concentrado, diluição 1:20, fragrância cítrica a base de ácido sulfônico. Embalagem 5 litros. Validade 24 meses.	GL	45
20	Detergente liquido concentrado para lavagem de artigos têxteis, contendo tensoativo biodegradável. Composição: Tensoativo aniônico, tensoativo não-iônico, complexante, branqueador ótico. Validade mínima 18 meses. Embalagem 30 litros. Apresentar Ficha técnica do produto para fins de comprovação que o mesmo tenha certificação de qualidade ISO 9001.	BB	312
21	Detergente líquido biodegradável, altamente concentrado, diluição 1:200, a base de ácido sulfônico e lauril éter sulfato de sódio. Embalagem 5 litros. Validade 24 meses.	GL	3210
22	Detergente líquido, composição: ácido Dodecilbenzeno sulfonato de sódio, alcalinizante, tensoativo aniônico, espessante, corante, conservante, fragrância e veículo. Embalagem com 24 unidades de 500ml. Validade mínima 24 meses.	CX	746
23	Detergente neutro concentrado para pisos cerâmicos em geral, limpeza de área, biodegradável, diluível. Produto em frascos de 5 L	UND	453
24	Inseticida, a base de agua, em aerossol, não contendo cfc-clorofluorcarbono. embalagem: com volume nao inferior a 300 ml, dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Cx c/ 12 und	CX	179



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

25	Limpa vidros a base de álcool e tensoativos aniônicos, pronto uso, validade mínima 24 meses. Embalagem 500ml. Caixa c/ 12 und.	CX	199
26	Limpador instantâneo, multiuso 24x500ml	CX	176
27	Limpador para pisos, porcelanatos, rejuntas, granitos e mármore, solução de 1 L, caixa com 12 unidades	CX	157
28	Lustra Móveis, composição: Emulsão de silicone, Carboxil metil Celulose, coadjuvante, neutralizante, conservante, fragrância e veículo. Cx c/ 24x200ml	CX	34
29	Reforço Alcalino para lavanderia, indicado nos processos de lavagem de roupas brancas ou coloridas com sujidade média ou pesada.composição: Hidróxido de sódio, sequestrante, Dispersante e Veículo. P. Ativo: Hidróxido de sódio. Embalagem 30 litros. Validade 18 meses. Apresentar Ficha técnica do produto para fins de comprovação que o mesmo tenha certificação de qualidade ISO 9001.	BB	312
30	Removedor de cera concentrado, diluição 1:20, a base de amina óxida, butilglicol e dipropilenoglicol e hidróxido de sódio. Embalagem 5 litros. Validade 24 meses.	GL	312
31	Sabão em barra, glicerinado. Embalagem: CX com 10 pcts, contendo 5 unidades de 200g.	CX	449
32	Sabão em pó multicores e máxima ação, Embalagem contendo 20 und. de 500g.	FD	289
33	Sabonete líquido glicerinado, fragrância erva doce, contendo glicerina em sua composição, tensoativo aniônico, tensoativo não-iônico. Embalagem 5 litros. Validade 24 meses.	GL	2528
34	Sabonete líquido glicerinado, fragrância erva doce, contendo glicerina em sua composição, tensoativo aniônico, tensoativo não-iônico. . Embalagem 500 ml. Validade 24 meses.	UND	2050
35	Sabonete sólido, antibacteriano, fragrância agradável. Embalagem: pacotes com 12unds. Com 90 gr cada.	CX	52
36	Sabonete sólido, caixa com 500 unidades de 20 g	CX	1
37	Sabonete sólido, cx com 1000 unds de 12g	CX	3
38	Soda cáustica com 98% a 99% embalagem de 900 g, contendo identificação do produto e validade	UND	214

LOTE II

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	U.F.	QUANT.
1	Álcool etílico 70% 1000 ml, indicado para desinfecção de superfície fixa e anti-sepsia antes de punção venosa, tendo como princípio ativo o álcool etílico a 77% (v/v) que corresponde a 70% em peso, com ação antimicrobiana para Staphylococcus aureus, Sal cx com 12 und	CX	113
2	Álcool etílico em gel 70%, solução antisséptica uso externo, com sistema de válvula dosadora P. Ativo: Álcool etílico. Embalagem 5Lts. Validade mínima: 18 meses. Apresentar Ficha técnica do produto para fins de comprovação que o mesmo tenha certificação de qualidade ISO 9001.	GL	11



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

3	Álcool etílico em gel 70%, solução antisséptica uso externo, com sistema de válvula dosadora P. Ativo: Álcool etílico. Embalagem com 24 unidades de 500g. Validade mínima: 18 meses. Apresentar Ficha técnica do produto para fins de comprovação que o mesmo tenha certificação de qualidade ISO 9001.	CX	65
4	Produto p/ assepsia das mãos a base de Alcool antisséptico em espuma. Embalagem de 5Lts. Apresentar Ficha técnica do produto para fins de comprovação que o mesmo tenha certificação de qualidade ISO 9001.	GL	10

LOTE III

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	U.F.	QUANT.
1	Bandeja de isopor para alimentos, fardo com 400 unidades de 235 mm x 180mm x 33 mm	FD	31
2	Caixa de isopor, com tampa, capacidade para 04 litros	CX	94
3	Caixa de isopor, com tampa, capacidade para 08 litros.	UNID	156
4	Caixa de isopor, com tampa, capacidade para 13 litros.	UNID	156
5	Caixa de isopor, com tampa, capacidade para 17 litros.	UNID	156
6	Caixa de isopor, com tampa, capacidade para 24 litros.	UNID	167
7	Caixa de isopor, com tampa, capacidade para 50 litros	UNID	182
8	Colher descartável Tam. Médio cx c/20 pct c/ 50 unidades cada	CX	579
9	Copo descartável 200 ml, cx com 25pcts. De 100 unidades.	CX	1697
10	Copo descartável 300 ml, cx com 20pcts. De 100 unidades.	CX	296
11	Copo descartável 50 ml, cx. Com 50 pct de 100 unidades.	CX	148
12	Copo descartável 80 ml, cx com 25 pct de 100 unidades.	CX	71
13	Embalagem p/ marmitex N 08 cx c/ 100 unidades	CX	2072
14	Embalagem p/ marmitex N 09 cx c/ 100 unidades	CX	975
15	Faca descartável, tamanho médio, caixa c/ 20 pacotes c/ 50 unidades cada	CX	110
16	Filme PVC envelope, conserva e protege alimentos , medindo 28cmx30m, cx c/ 24 und.	CX	130
17	Filme PVC envelope, conserva e protege alimentos , medindo 28x300m, cx c/ 1 unidade	CX	82
18	Folha de alumínio, medindo 30cmx7, 50m, cx. Com 24unidades.	CX	164
19	Fósforo de madeiras = fardos com 20 pacotes de 10 caixas com 40 palitos	FD	168
20	Garfo descartável tam. Médio cx c/ 20 pct c/ 50 unidades cada	CX	108
21	Palito dental em madeira, resistente, formato roliço, com pontas afiadas cx c/ 500 unidades	CX	887
22	Pote de plástico, descartável, transparente, com tampa 300 ml - Pacote com 50 unidades	PCT	800



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA**

23	Pratos descartáveis em poliestireno, cor branca, 15 cm, pacote com 10 unidades.	PCT	308
24	Pratos descartáveis em poliestireno, cor branca, 23 cm, pacote com 10 unidades.	PCT	198
25	Tampa plástica para copo descartável de 200 ml, pacote com 100 unidades	PCT	780

LOTE IV

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	U.F.	QUANT.
1	Saco plástico para lixo, para acondicionamento de resíduos domiciliares (resíduos geral ou misturado ou contaminado não passível de separação), em resina termoplástica virgem ou reciclada, capacidade nominal para 200 litros, na cor preta, com no mínimo de 0,10mm de micras. DIMENSÕES 100 X 110 CM, em conformidade com as NBRs 9191 e 14474....	Cento	3237
2	Saco plástico para lixo, para acondicionamento de resíduos domiciliares (resíduos geral ou misturado ou contaminado não passível de separação), classe I, em resina termoplástica virgem ou reciclada. DIMENSÕES 75 X 90CM. com no mínimo de 0,10mm de micras, capacidade nominal para 100 litros, na cor preta, em conformidade com as NBRs 9191 e 14474.	Cento	3338
3	Saco para entulho (saco de rafia) 60 x 90 cm	Cento	161
4	Saco plástico AZUL para acondicionamento de resíduos comum, resistente, confeccionado em polietileno de baixa densidade, tamanho de 39 x 59 cm, capacidade volumétrica de 20 litros, tipo domiciliar, embalados com 100 unidades, devidamente identificados através de etiqueta do fabricante.	Cento	145
5	Saco plástico AZUL para acondicionamento de resíduos comum, resistente, confeccionado em polietileno de baixa densidade, tamanho de 63 x 80 cm, capacidade volumétrica de 60 litros, tipo domiciliar, embalados com 100 unidades, devidamente identificados através de etiqueta do fabricante.	Cento	181
6	Saco plástico AZUL para acondicionamento de resíduos comum, resistente, confeccionado em polietileno de baixa densidade, tamanho de 59 cm x 62 cm, capacidade volumétrica de 40 litros, tipo domiciliar, embalados com 100 unidades, devidamente identificados através de etiqueta do fabricante.	Cento	164
7	Saco plástico cor LARANJA opaco, capacidade 100 litros, dimensões de 75 x 90 cm para acondicionamento de resíduos sólidos hospitalares (químicos), classe II tipo E, constando o símbolo de material tóxico em preto, com registro no Ministro da Saúde, conforme norma ABNT 7500 e RDC 306 da Anvisa. O saco deve ser constituído de polietileno impermeável, solda contínua, homogênea e uniforme, sem emendas, com vedação completa, confeccionado de acordo com as normas ABNT NBR 9191/2008, utilizando-se de resinas termoplásticas	Cento	78
8	Saco plástico LILAS para acondicionamento de resíduos comum, resistente, confeccionado de plietileno, tamanho de 75 x 90 cm, capacidade volumétrica de 100 litros, tipo domiciliar, embalados com 100 unidades, devidamente identificados através de etiqueta do fabricante.	Cento	78
9	Saco plástico MARROM para acondicionamento de resíduos comum, resistente, confeccionado de polietileno, tamanho de 75 x 90 cm, capacidade volumétrica	Cento	86



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

	de 100 litros, tipo domiciliar, embalados com 100 unidades, devidamente identificados através de etiqueta do fabricante.		
10	Saco plástico para acondicionamento de resíduos comum, resistente, capacidade volumétrica de 300 litros, embalados com 100 unidades devidamente identificados através de etiqueta do fabricante.	Cento	488
11	Saco plástico para lixo, capacidade 100 litros, 75x90cm, Leitoso (Infectante) 0,8 micras. Normas a ABNT	Cento	4705
12	Saco plástico para lixo, capacidade 150 litros. Reforçado - Preto 0,6 micras. Dimensões 90 x 92 cm com 100 unidades	Cento	462
13	Saco plástico para lixo, capacidade 20 litros, com 10 (micras). (preto), dimensões 39x59	Cento	418
14	Saco plástico para lixo, capacidade 200 litros, com 100 unidades. Leitoso, reforçado (infectante) 8 micras	Cento	3150
15	Saco plástico para lixo, capacidade 40 litros, com 10 (micras). (preto), dimensões 59x62	Cento	631
16	Saco plástico para lixo, capacidade 40 litros, Leitoso (Infectante). 0,5 micras.	Cento	780
17	Saco plástico para lixo, capacidade 60 litros, Leitoso (Infectante) 0,8 micras	Cento	2360
18	Saco Plástico Para Lixo, Para Acondicionamento De Resíduos Domiciliares (Resíduos Geral Ou Misturado Ou Contaminado Não Passível De Separação), Classe I, Em Resina Termoplástica Virgem Ou Reciclada. DIMENSÕES 63 X80CM Com No Mínimo De 0,06mm A 0,08mm De Micras, Capacidade Nominal Para 60 Litros, em conformidade com as NBRs 9191 e 14474. (preto)	Cento	2463
19	Saco plástico transparente, para embalagem, alta densidade, dimensões 24 x 35 cm	Cento	79
20	Saco plástico, transparente, para embalagem, alta densidade, dimensões 16x32X10cm	Kg	326
21	Saco plástico, transparente, para embalagem, alta densidade, dimensões 30x50cm	Kg	1565
22	Saco plástico, transparente, para embalagem, alta densidade, dimensões 40x60X10cm	Kg	943
23	Saco plástico, transparente, para embalagem, alta densidade, dimensões 50x70cm	Kg	946
24	Saco plástico, transparente, para embalagem, alta densidade, dimensões 60x80X10cm	Kg	953
25	Sacola plástica transparente bobina picotada com 500 sacolas, dimensões: 30 x 40 cm	Rolo	164
26	Sacola plástica transparente, bobina picotada com 1.000 sacolas, dimensões: 18 x 30 cm	Rolo	157
27	Sacolas plásticas transparente bobina picotada com 500 sacolas, dimensões 50 x 70 cm	Rolo	240



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

LOTE V

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	U.F.	QUANT.
1	Guardanapo de papel, folha simples, alta qualidade, embalagem com 40 pacotes com 50 folhas 21,5cmx23cm.	FD	128
2	Papel higiênico branco, folha simples, 100% celulose virgem branca, Fd. c/ 10cmx300m, c/ 8 und. (8x300m)	FD	1046
3	Papel higiênico, branco, folha dupla, 100% celulose virgem branca, c/ 08 unidades de 250 m	FD	1150
4	Papel toalha multiuso, picotado, folha dupla, 100% celulose virgem, embalagem contendo 12 pcts c/ 2 rolos de 60 toalhas.	FD	757
5	Papel toalha, interfolhado, 2 dobras 22cmx20cm, 100% celulose virgem, c/ 4.800fls.	CX	924
6	Papel toalha, interfolhado, 2 dobras 22cmx20cm, folha simples, 100% celulose virgem, c/ 2.000fls..	CX	1667
7	Papel toalha, interfolhado, folha dupla, 22 cm x 20 cm, 100% celulose virgem com 2.400 fl	CX	821
8	Papel, higiênico, neutro, folha simples, em rolo, com dimensões 10cmx30m, 100% celulose virgem, picotado, fardo c/ 16 pcts c/ 04 rolos de 30mt.	FD	4043
9	Papel, higiênico, neutro, folha dupla, em rolo, com dimensões 10cmx30m, 100% celulose virgem, picotado, fardo c/ 16 pcts c/ 04 rolos de 30mt.	FD	3356

LOTE VI

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	U.F.	QUANT.
1	Luva de borracha, Látex natural, antiderrapante, Interior 100% algodão, cano curto tamanho G, Azul.	PAR	1103
2	Luva de borracha, Látex natural, antiderrapante, Interior 100% algodão, cano curto tamanho M, Azul.	PAR	1005
3	Luva de borracha, Látex natural, antiderrapante, Interior 100% algodão, cano curto tamanho P, Azul.	PAR	1085
4	Luva de borracha, Látex natural, antiderrapante, Interior 100% algodão, cano longo tamanho G, Azul.	PAR	1851
5	Luva de borracha, Látex natural, antiderrapante, Interior 100% algodão, cano longo tamanho M, Azul.	PAR	1793
6	Luva de borracha, Látex natural, antiderrapante, Interior 100% algodão, cano longo tamanho P, Azul.	PAR	1691



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

LOTE VII

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	U.F.	QUANT.
1	Armação para MOP pó, em alta resistência 60 cm x 15 cm, com cabo de alumínio 22 mm x 1,40 m	UND	82
2	Cabo de alumínio de 22 mm de diâmetro x 1,50 m de altura, com garra para fixação do Mop úmido	UND	158
3	Desentupidor, manual, para vasos e pias, em borracha, com cabo de madeira plastificado	UND	123
4	Escova para limpeza de vaso sanitário, em nylon, com suporte plástico, caixa com 12 unidades.	CX	118
5	Escova lava Roupas, base plástica, cx com 12 unidades	CX	50
6	Frasco pulverizador/ borrifador em polipropileno com capacidade de 1 litro, com jato dirigido ou em leque	UND	289
7	Pá coletora de lixo c/ mini vassoura em polipropileno, articulada c/ cabo em alumínio, caixa c/ 12 unidades	CX	47
8	Pá para lixo plástica s/ cabo cx c/ 12 und	CX	88
9	Refil mop pó, 100% acrílico, 60 cm	UND	80
10	Refil mop úmido, em algodão e poliéster, ponta cortada, cintas de amarração 340 G	UND	392
11	Rodo com borracha dupla em polietileno e cabo de alumínio 1,40m, base em plástico com 55cm.	UND	408
12	Rodo com borracha dupla em polietileno e cabo de alumínio 1,40m, com base em plástico com 45 cm.	UND	249
13	Rodo com borracha dupla em polietileno e cabo de alumínio 1,40mt, com base em plástico com 35 cm.	UND	388
14	Suporte organizador, em aço, para vassoura e rodo, com no mínimo 5 ganchos e fixação em parede por parafusos	UND	61
15	Vassoura cerdas em pêlo, base retangular e cabo em madeira revestido em plástico medindo 26x5x6cm.	UND	463
16	Vassoura cerdas em pêlo, base retangular e cabo em madeira revestido em plástico medindo 40x6x6cm.	UNID	359
17	Vassoura cerdas em piaçava, base retangular e cabo em madeira revestido em plástico medindo 26x5x10,5cm	UND	233
18	Vassoura cerdas em piaçava, base retangular e cabo em madeira revestido em plástico medindo 40x6x6cm.	UND	300



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

19	Vassoura cerdas de nylon, altura mínima das cerdas, 10 cm, comprimento mínimo do cabo 1,50 m, base em plástico, medindo aproximadamente 30 cm	UND	292
20	Vassoura limpa teto, cerdas sintéticas, cabo de madeira, mínimo 1,80M	UND	209
21	Vassoura/ancinho para trabalhos leves no jardim com 22 dentes, com cabo. Fabricado com plástico virgem. Altura: 41 cm - Largura: 54 cm, 22 "dentes", com cabo madeira/ou plástico.	UND	221

LOTE VIII

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	U.F.	QUANT.
1	Esponja para limpeza, dupla face, medindo 110mm x 75mm x 20mm, fd com 60 unidades.	FD	381
2	Esponja para limpeza, em lâ de aço carbono abrasivo, limpeza Geral fd com 14 pacotes 08x60g.	FD	209
3	FLANELA para limpeza, 100% algodao, bordas overloqueadas em linhas de algodao, dimensoes de 40 x 60 cm, com varicao de ate -2 cm.	UND	2292
4	Palha de aço nº01, fardo com 10 pacotes de 14 unidades cada	FD	337
5	PANO de chao, tipo saco, 100% algodao, alvejado, bordas com acabamento em overlock, dimensoes 70 x 50 cm e peso 100 g, com variacao de +/- 5%.	UNID	4066
6	Pano de Prato 100% algodão larg. 47cmx67cm	UNID	1197
7	Pano Multiuso Picotado fardo c/ 300Mts	UND	216

LOTE IX

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	U.F.	QUANT.
1	Algicida de choque: Composição: Quaternário de amônia e água. Aspecto físico, líquido	LT	2
2	Algicida de manutenção: Composição: policloreto, diluente, corante e espessante, com validade mínima de até 24 meses, após data de entrega. Embalagem de 1 litro	LT	91
3	Aspirador 08 rodas. Modelo de referência: Sodramar ou similar superior	UND	1
4	Barrilha leve, embalagem 02 kg. Produto granulado fino para aumentar o PH da água. Com validade mínima de até 24 meses após a data de entrega	PCT	70
5	Cabo de alumínio BI-Telescópio com 6 M de comprimento, fabricado em dois tubos de alumínio corrugado e que se conectam um no interior do outro; ajustável conforme a necessidade e com manopla de apoio para facilitar manuseio na limpeza da piscina, podendo ser usado com aspirador, peneira e/ou escova.	UND	1
6	Capa de proteção para piscina, em lona de PVC, 500 micras, com tramas de poliéster empastado no PVC - reforço triplicado nas pontas, com kit completo para a instalação, cor azul - tamanho 5,0 x 9,5 - garantia de 01 ano	UND	2



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

7	Clarificanate e floculante, aspecto físico líquido, para tratamento de piscina. Destinado a decantar impurezas dissolvidas na água da piscina	LT	74
8	Cloro granulado para limpeza de piscina. Hipoclorito de cálcio, cloro ativo 65%, dissolução de 0,8 g/h, acondicionado de forma adequada, registro e laudo analítico do fabricante. Embalagem de 10 Kg	BD	38
9	Filtro e bomba para piscina até 30.400L (compatível com modelo DFR 12-4) com carrinho. 127/220 V. Monofásica	UND	1
10	Kit teste de água para piscina (PH e Cloro) em estojo plástico, contendo reagente de cloro/reagente de PH/ 01 medidor	KIT	6
11	Limpa borda. Composição: surfactantes aniônicos e não aniônicos 3% e Quarte. Aspecto físico líquido	LT	8
12	Mangueira para aspirar piscina em PVC, do tipo flutuante, com diâmetro de 1 1/2, alta flexibilidade, resistência à abrasão e aos raios violetas	METRO	1
13	Mini flutuador clorador	UND	1
14	Pastilhas de cloro 3 x 1 =200 gr. Pacotes com 20 unidades	UND	19
15	Peneira do filtro para piscina 25m	UND	6
16	Peneira plástica com cabo de alumínio de 1,5 M = A=4 cm, L : 30 cm e P: 155 cm	UND	3
17	PH - = Redutor de PH para piscina	LT	10
18	PH + = Elevador de PH para piscina	LT	10
19	Sulfato de alumínio. Embalagem 2 Kg	PCT	112

LOTE X

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QUANT.
1	Bateria alcalina 1,5 V (pilha botão)	UND	3120
2	Bateria Lithium 3 V (pilha pastilha)	UND	1560
3	Pilha alcalina 9V, com 01 unidade	UND	780
4	Pilha alcalina A 23 12 V (portão eletrônico)	UND	14
5	Pilha alcalina tamanho palito, AAA com 2 unidades	PCT	3523
6	Pilha alcalina tamanho grande, pacote com 2 unidades	PCT	10
7	Pilha alcalina tamanho médio, pacote com 2 unidades	PCT	327
8	Pilha alcalina tamanho pequeno AA com 2 unidades	PCT	3407
9	Pilha Cr 123 a Lithium 3 V	UND	780
10	Pilha recarregável AAA 600 mAh 1,2 V	UND	196



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

LOTE XI

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QUANT.
1	Caixa organizadora em plástico polipropileno, tampa com travas, capacidade mínima para 20 litros	UND	182
2	Caixa organizadora, em plástico polipropileno, tampa com travas, capacidade mínima para 40 litros	UND	184
3	Caixa organizadora, em plástico polipropileno, tampa com travas, capacidade mínima para 60 litros	UND	185
4	Caixa térmica, mínimo de 25 litros, material em polipropileno interno e externo, isolamento em EPS e tampa de polietileno de alta densidade	UND	48
5	Caixa térmica, mínimo de 45 litros, material em polipropileno interno e externo, isolamento em EPS e tampa de polietileno de alta densidade	UND	52

LOTE XII

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QUANT.
1	Mangueira para jardim, em plástico, resistente, trançada 1/2 polegada, com esguicho e engate rápido para torneira, comprimento mínimo de 15 metros	UND	132
2	Mangueira para jardim, em plástico, resistente, trançada 1/2 polegada, com esguicho e engate rápido para torneira, comprimento mínimo de 30 metros	UND	137
3	Mangueira para jardim, em plástico, resistente, trançada 1/2 polegada, com esguicho e engate rápido para torneira, comprimento mínimo de 50 metros	UND	154

LOTE XIII

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QUANT.
1	Balde em polietileno ou polipropileno com alça de metal capacidade 10 litros	UND	159
2	Balde em polietileno ou polipropileno com alça de metal capacidade 15 litros	UND	309
3	Balde em polietileno ou polipropileno com alça de metal capacidade 20 litros.	UND	235
4	Balde em polipropileno, na cor azul, capacidade para 04 litros, medindo: A 18 cm x C 26 cm x P 16 cm	UND	29
5	Balde espremedor, material em polipropileno, na cor amarela, capacidade para 30 litros, com sistema de espremedor com pressão, dreno de escoamento de água suja, divisória de água limpa e suja, giratórios para fácil manutenção e higienização. Acompanha refil mop úmido 320 g loop com cinta, garra plástica, cabo de alumínio 1,2 mt e placa sinalizadora "piso molhado".	UND	39



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

6	Carro funcional modular para higiene e transporte de resíduos, material em polipropileno. Respeitando às indicações das NR's 32 e 17 que determinam normas para diversas atividades em serviços de saúde, visando a prevenção de acidentes e a proteção da integridade física dos trabalhadores. Contendo: 01 saco de vinil com capacidade de até 90 litros e/ou 50 Kg, 02 baldes de 15 litros casa, sendo um na cor vermelha e outro na cor azul, 01 espremedor para mop úmido, refil mop úmido 320 g loop com cinta, garra plástica, cabo de alumínio de 1,4 m e placa de sinalizadora "piso molhado". Medindo 116 x 100 x 57 cm (montado)	UND	16
7	Cesto coletor, material em polipropileno, capacidade para 15 litros, sem tampa, diâmetro de 24 cm e altura de 30 cm.	UND	143
8	Cesto coletor, material em polipropileno, capacidade para 25 litros, com tampa basculante, diâmetro de 24 cm e altura de 60 cm.	UND	82
9	Cesto coletor, material polipropileno, capacidade para 25 litros, sem tampa, diâmetro de 24 cm e altura de 50 cm	UND	30
10	Cesto/balde plástico com tampa, capacidade 100 l	UND	185
11	Coletor de lixo para coleta seletiva, material em polipropileno, com estrutura metálica, com pintura eletrostática e chave para abertura do coletor. Com tampa. Conjunto com 04 (quatro) lixeiras com capacidade para 50 litros cada. Acompanha estrutura para fixação.	KIT	47
12	Coletor de pedal, material em polipropileno, capacidade para 100 litros, com tampa sistema de abertura/fechamento através de pedal.	UND	384
13	Coletor de pedal, material em polipropileno, capacidade para 25 litros, com tampa sistema de abertura/fechamento através de pedal	UND	204
14	Coletor de pedal, material em polipropileno, capacidade para 50 litros, com tampa sistema de abertura/fechamento através de pedal.	UND	566
15	Dispenser em acrílico para copo descartável de 200 ml.	UND	248
16	Dispenser em acrílico para copo descartável de 50 ml.	UND	92
17	Dispenser em polietileno ou polipropileno para álcool gel= Saboneteira para álcool em gel, acionamento por sensor, material em acrílico super resistente, capacidade para 700 ml,(até 800 ml) dosagem de até 2 ml por acionamento. Medidas aproximadas: 16,5 cm x 11 cm x 9,5 cm. Modelo tipo fixação de parede. Acompanha parafusos e buchas necessárias.	UND	26
18	Dispenser em polietileno ou polipropileno para sabonete líquido= Saboneteira para sabonete líquido, acionamento por sensor, material em acrílico super resistente, capacidade para 700 ml,(até 800 ml) dosagem de até 2 ml por acionamento. Medidas aproximadas: 16,5 cm x 11 cm x 9,5 cm. Modelo tipo fixação de parede. Acompanha parafusos e buchas necessárias.	UND	30



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

19	Dispenser para papel higiênico, rolo institucional, em metal, pintura esmaltada na cor branca, reforçado, suporta rolos de até 800 m. Medida 37 cm (altura) x 35,5 cm (largura) x 12,7 (profundidade).	UND	312
20	Dispenser para papel toalha interfolhado, 3 dobras, alta capacidade, reforçado, na cor branca. Medindo 280 x 115 x 409 mm	UND	566
21	Dispenser para porta papel interfolhado, 2 dobras, material plástico ABS, tipo interfolha, cor branca e cinza, características adicionais: capacidade de 600 folhas c/ visor e chave. Modelo tipo fixação de parede. Acompanha parafusos e buchas necessárias.	UND	22
22	DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO COM RESERVATÓRIO. Capacidade em volume: 800 ml. Material: plástico. Tipos de produtos compatíveis: sabonete líquido, álcool em gel, detergente, creme. Consistências do produto: líquido. Tipo de dosagem: bomba manual. Tipo de instalação: de parede. Acompanha parafusos e buchas para fixação.	UND	780
23	Lixeira Coletora para Copos Descartáveis de 200ml, Dupla, em PVC, com Base para Chão, e capacidade para aproximadamente 300 copos.	UND	156

LOTE XIV

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QUANT.
1	Fita zebrada para sinalização em poliestireno, medindo 70 mm de espessura. O rolo deve possuir 200 m de comprimento, nas cores amarela e preta.	Rolos	153

1.3. Todos os materiais objeto deste Termo de Referência são caracterizados como comuns, encontrados usualmente no mercado e a forma de escolha do fornecedor deverá ser por licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo “menor preço” e com o critério de julgamento POR LOTE, conforme inciso I, do artigo 33 e inciso I, do artigo 28, ambos da Lei 14.133/2021, respectivamente, com ampla concorrência, para Registro de Preços, visando a obtenção da melhor proposta para a Administração;

1.4. Como o objeto se enquadra em objeto de natureza comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado (conforme dispõe a Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021), o objeto pode ser licitado por SRP visto que se adequa às hipóteses previstas no Art. 3º do Decreto Nº 11.462, de 31 de março de 2023. Vale lembrar que a opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), para esta licitação, deve-se ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resultará em vantagens para Administração, descomplicando procedimentos para contratação do fornecimento, reduzindo a quantidade de licitações, propiciando e facilitando um maior número de ofertantes, inclusive a participação das pequenas e médias empresas, enxugando os gastos do erário, por registrar preços e disponibilizá-los por 12 meses, para quando surgir a necessidade, executar o objeto registrado, sem entraves burocráticos, entre outras vantagens. O Registro de Preços mostra-se essencial, pois, por limitações orçamentárias, a contratação pode não se dar de forma imediata, sendo necessário o aguardo da disponibilidade orçamentária para a efetivação da contratação de todos os itens. Daí a necessidade de que o processo seja realizado como sistema de registro de preços, mantendo-se o preço registrado para que a unidade possa efetuar sua contratação, de acordo com a demanda, aplicando-se justamente o fim a que se destina esse sistema, ou seja, atender eventuais contratações, as quais não são passíveis de mensurar pontualmente naquele momento, embora se saiba, de pronto, que a contratação será necessária em espaço de tempo, que abrange a vigência da ata, que será de 12 meses;

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo;

1.6. *Os quantitativos estimados relacionados por Secretaria* encontram-se no anexo I desse termo de referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses. Os contratos oriundos da ata terão vigência de 12 (doze) meses (máximo de 5 anos) contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.1.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que a entrega dos itens é uma necessidade permanente, pois o consumo do objeto a ser licitado ocorre de forma contínua, nas Unidades das Secretarias da Prefeitura;

2.1.2. Os contratos oriundos da ata oferecerão maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente aquisição tem a finalidade de viabilizar a aquisição de MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE PESSOAL, DESCARTÁVEIS E MATERIAIS PARA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE PISCINAS para atender o consumo estimado num período de 12 (doze) meses, a fim de que possam suprir as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Barreiras consoante especificação das quantidades e descrição dos materiais, exceto a Secretaria de Educação, que abriu processo próprio;

3.2. A Aquisição de Materiais de Limpeza se faz necessária para a reposição dos estoques dos Almoxarifados para atender a demanda das Secretarias. Considerando que para o funcionamento das Secretarias é de grande importância a referida aquisição para que todos Setores possam funcionar adequadamente, pois o material de limpeza é essencial para que o servidor público possa exercer suas funções, pois toda a rotina administrativa necessita de ambiente limpo, higienizado e desinfetado, e mostra-se essencial a aquisição para o pleno funcionamento da Administração Pública;

3.3. A presente aquisição justifica-se ainda, tendo em vista a finalização da vigência dos contratos de fornecimento desses materiais e considerando que a maioria dos itens da ata de registro de preços estarem com saldos finalizando. Os materiais supracitados são considerados comuns e são encontrados com facilidade no mercado, a contratação deverá ocorrer mediante processo de licitação, para entregas parceladas, conforme as demandas das Secretarias;

3.4. Com base no levantamento realizado pela Secretaria de Planejamento dos quantitativos junto às Secretarias, chegou-se aos quantitativos apresentados nas tabelas anteriores, bem como o quantitativo elencado no relatório consolidado dos quantitativos por Secretaria, elaborado pela Secretaria de Planejamento, em anexo a este Termo de Referência;

3.5. A contratação de empresas para aquisição de MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE PESSOAL, DESCARTÁVEIS E MATERIAIS PARA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE PISCINAS está alinhada ao Planejamento Estratégico do Município, tais como Plano Plurianual - PPA - LEI Nº 1.488, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021, para o período de 2022 a 2025 - Gestão das Ações de Manutenção das Secretarias/Fundo e Lei Orçamentária Anual - LOA - Lei nº 1606/2023;

3.6. Previsão no Plano Anual de Contratações

3.6.1. Como bem demonstra a declaração de "Ausência do Plano de Contratações Anual (PAC)", constante nos autos, o Município de Barreiras ainda não finalizou a elaboração de seu PAC. Todavia, a presente contratação se encontra perfeitamente alinhada aos interesses da Administração, fazendo parte das ações de manutenção dos serviços básicos administrativos das Secretarias.

A aquisição foi planejada considerando os seguintes aspectos:

- **Objetivos Estratégicos do Município:**

A contratação está alinhada aos objetivos de realizar as ações de manutenção das Secretarias/Fundos, com a finalidade de efetivar as atividades básicas nas Secretarias.

- **Orçamento e Disponibilidade financeira:**

A execução financeira foi cuidadosamente planejada e alocada no orçamento anual - LOA, Lei nº 1.606/2023 e QDD - Decreto nº 02, de janeiro de 2024, assegurando a disponibilidade de recursos para a contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. Considerando as características de utilização, as quantidades de materiais de limpeza necessários, os períodos informados e os valores estimados, conclui-se que a melhor opção e a mais vantajosa, adequada e disponível no mercado, sob a égide dos princípios da oportunidade e conveniência da Administração Pública está na efetiva Aquisição de MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE PESSOAL, DESCARTÁVEIS E MATERIAIS PARA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE PISCINAS vez que tais itens se destinam a compor o estoque dos almoxarifados desta Prefeitura para atender as necessidades das Secretarias;

4.2. Salienta-se que esta solução tem sido utilizada no último pleito e tem se mostrado mais eficiente e eficaz no atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Barreiras até o momento, sendo passível de análise quando se utilizar de outra solução mais vantajosa a Administração Pública no mercado.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Como requisito de exigência para esta contratação será estabelecido ao fornecedor a ser contratado à apresentação de todas as prerrogativas contidas nesse termo de referência e no edital;

5.2. Indicação de marcas ou modelos:

5.2.1. O Licitante deverá apresentar a marca do produto cotado.

5.3. Da exigência de amostra:

5.3.1. Não haverá exigência de amostra no presente certame.

5.4. Subcontratação:

5.4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto, por se tratar de fornecimento de bens/materiais.

5.5. Garantia da contratação

5.5.1. Será exigida a garantia da contratação no total de 5% do valor inicial do contrato, conforme tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021;

5.5.1.1. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato;

5.5.1.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato;

5.5.1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Entrega:

6.1.1. Os objetos deste termo de referência deverão ser entregues nos seguintes Almoxarifados:

SECRETARIAS	LOCAL
Almoxarifado da Secretaria Municipal de Administração	Rua Barão de Cotegipe, nº 273, Centro, Barreiras/BA
Almoxarifado da Secretaria Municipal de Assistência Social	Rua Poções, 120, Loteamento Rio Grande – Barreiras-BA
Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde	Rua Marabá, nº 330, Barreirinhas – Barreiras – BA

6.1.1.1. Os materiais poderão ser entregues em outro local previamente determinado pelas Secretarias, neste Município, mediante a expedição de solicitação de fornecimento pelos Setores Competentes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

- 6.1.2.** O prazo de entrega dos materiais é de até 10 (dez) dias úteis, contados após a requisição dos mesmos, através de solicitação de fornecimento emitidos pelas Secretarias, de forma parcelada, de acordo com a necessidade;
- 6.1.3.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;
- 6.1.4.** No ato da entrega dos materiais, as Notas Fiscais devem conter as quantidades e especificações de todos os itens fornecidos;
- 6.1.5.** O transporte do material deverá ser realizado em veículo adequado que garanta a qualidade e integridade dos mesmos, sendo todos entregues em perfeito estado;
- 6.1.6.** A empresa a ser contratada obrigará-se a substituir, sem ônus para a contratante, o material entregue avariado ou impróprio ao uso a que se destina;
- 6.1.7.** Se, após o recebimento provisório, constatar-se que determinado produto foi entregue em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompleto, a empresa contratada será notificada e o pagamento será suspenso até que a situação seja regularizada;
- 6.1.8.** Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto a ser licitado, correrão por conta exclusiva da contratada;
- 6.1.9.** Qualquer produto será recusado inteiramente nas seguintes condições:
- 6.1.9.1.** Caso seja entregue em desconformidade com as especificações constantes do item 1.2 deste termo e da proposta vencedora;
 - 6.1.9.2.** Caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo;
 - 6.1.9.3.** Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes.
- 6.1.10.** Nos casos de recusa do produto, a empresa contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para providenciar a sua substituição, contados a partir da comunicação oficial feita pelas Secretarias Municipais.
- 6.1.11.** Os itens dos lotes I e II que não forem isentos do registro da ANVISA, deverão possuir o devido registro, e o número do registro deverá ser apresentado juntamente com a proposta do preço.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 7.1.1.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o mesmo será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
- 7.1.2.** As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 7.1.3.** A administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.2.1.** Constituem obrigações da Contratada, além das constantes nos artigos 92, inciso XVI, 115, 119, 120 e 121 da Lei nº Federal nº 14.133/2021, as seguintes:
- 7.2.1.1.** Executar o objeto de acordo com as condições, prazo, especificações e quantitativos estipulados neste Termo de Referência e no edital;
 - 7.2.1.2.** Responsabilizar-se pela entrega dos materiais conforme estabelecido neste Termo de Referência, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da Contratada;
 - 7.2.1.3.** Substituir, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, os materiais que não estejam em conformidade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

7.2.1.4. Garantir que os materiais a serem fornecidos atendam às exigências deste Termo de Referência e que os mesmos sejam entregues com toda segurança de forma a preservar a integridade dos produtos, no local indicado pela Contratante;

7.2.1.5. Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

7.2.1.6. Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto a ser contratado, para adoção das medidas cabíveis;

7.2.1.7. Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários ao fornecimento dos materiais;

7.2.1.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, não cabendo as Secretarias Municipais, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos e indiretos;

7.2.1.9. Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo Contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;

7.2.1.10. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei e no Edital de licitação;

7.2.1.11. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato;

7.2.1.12. Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, nos termos do artigo Nº 125, da Lei Federal 14.133/21.

7.3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.3.1. Supervisionar o fornecimento, por intermédio das Secretarias solicitante;

7.3.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência e dos termos de sua proposta;

7.3.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.3.4. Notificar a Contratada por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;

7.3.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) produto(s) que estiverem fora da especificação ou com problemas;

7.3.6. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nos dispositivos legais;

7.3.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

7.3.8. Fornecer atestado de capacidade técnica, quando solicitado pela Contratada, desde que atendidas às obrigações contratuais.

7.4. DA FISCALIZAÇÃO

7.4.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

7.4.2. Com base no artigo 11, do Decreto Municipal nº 45/2024, compete ao fiscal do contrato, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, especialmente:

- Acompanhar o cronograma de execução do contrato, monitorando os prazos e condições de entrega;
- Acompanhar sistematicamente a execução do objeto da contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

- Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, apontando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- Aprovar a entregas do objeto em consonância com o previsto no contrato, nos termos do inciso VI, art. 92 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- Apurar a importância a ser paga e a quem se deve pagar para extinguir a obrigação, com base no contrato e nos comprovantes de entrega dos itens;
- Comunicar formalmente a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais, para que esta tome as providências cabíveis à regularização de faltas ou defeitos;
- Examinar e conferir notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, e formalizar o atesto no recebimento dos itens;
- Fazer diligências junto à empresa contratada, se for o caso, adotando controles adequados e suficientes para registro destas reuniões;
- Informar ao Gestor, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- Manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, observando-se o prazo de um mês ou aquele estabelecido em contrato para emissão de decisões pela Administração;
- Receber provisoriamente as aquisições, sob sua responsabilidade, observando-se o disposto no capítulo IV do Decreto 45/2024;
- Solicitar a substituição, a expensas do contratado, no total ou em parte, de objeto do contrato em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.

7.4.3. Exercer qualquer outra atividade compatível com a função que lhe seja legalmente atribuída e em conformidade com a Lei 14.133/2021;

7.4.4. A fiscalização, exercida no interesse exclusivo das Secretarias Municipais, não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional, apurada na forma da legislação vigente;

7.4.5. Ficam designados os servidores públicos, mencionados abaixo, como Fiscais técnico e administrativo do Contrato:

7.4.5.1. Titular – ANGELICA PEREIRA DE ARAÚJO, Matrícula nº 63654, Cargo de Coordenadora, lotada na **Secretaria Municipal de Administração** – Almoxarifado; **Suplente** - MIRIAN ANGELICA NASCIMENTO CRUZ DE SOUZA, Matrícula nº 63354, Cargo de Subdiretor, lotado na **Secretaria Municipal de Administração** - Almoxarifado;

7.4.5.2. Titular - IURY GUIMARÃES DE ALBUQUERQUE, Matrícula Nº 63359, Cargo de Coordenador, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**;

7.4.5.3. Titular - ZAYRA BALTAZA DOS SANTOS, Matrícula nº 66026, Assessora Especial I, lotada na **Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho**; **Suplente** WALLAS DA SILVA SOUZA, Matrícula nº 59638, Cargo de Subcoordenador, lotado no **Gabinete do Prefeito**.

7.5. DO GESTOR DO CONTRATO

7.5.1. Compete ao Gestor do Contrato, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021, administrar o contrato ou outro documento que vier a substituí-lo, desde sua concepção até sua finalização, em aspectos administrativos, especialmente: (conforme Decreto Municipal nº 45/2024):

- Acompanhar a manutenção, pelo contratado, das condições estabelecidas em instrumento convocatório e contrato e das exigências legais;
- Conferir a importância a ser paga, constante no documento comprobatório da despesa, com base no contrato, na nota de empenho e no ateste do fiscal do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

- Manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, observando-se o prazo de um mês ou aquele estabelecido em contrato para emissão de decisões pela Administração;
- Manter controle atualizado dos saldos de empenhos e dos pagamentos efetuados, evitando a realização de serviço ou fornecimento sem prévio empenho;
- Orientar os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições;
- Promover o atesto de notas fiscais e faturas, em conjunto com o fiscal do contrato, no que couber, para fins de comprovação do cumprimento da obrigação contratual;
- Promover, quando couber, reunião inicial para apresentação do modelo de gestão, de que trata o art. 13 do decreto 45/2024, após a assinatura do contrato;
- Providenciar, quando necessário, a formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais;
- Realizar o controle do valor e atualização das garantias e informar a unidade de contabilidade e finanças para os devidos registros;
- Receber definitivamente aquisições, obras ou serviços sob sua responsabilidade, observando-se o disposto no capítulo IV do decreto 45/2024;
- Subsidiar o ordenador de despesas na aplicação de penalidades advindas de inexecução parcial ou total do contrato, nos termos do regulamento estadual;
- Verificar o cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- Zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro do contrato, avaliando e promovendo as solicitações conforme o caso.

7.5.2. Exercer qualquer outra atividade compatível com a função que lhe seja legalmente atribuída e em conformidade com a Lei 14.133/2021.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. DO RECEBIMENTO

8.1.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

8.1.2. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 dez dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

8.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

8.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

8.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. DA LIQUIDAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de 10 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;

8.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2.3. Para fins de liquidação, o Setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do Órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2.6. A Administração deverá:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018);

8.2.7. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

8.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

8.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

8.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação;

8.3. DO PRAZO DE PAGAMENTO

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados do atesto na Nota Fiscal, pelo Fiscal do Contrato;

8.3.2. Forma de pagamento:

8.3.2.1. As notas fiscais deverão ser entregues ao Setor de Compras do Município, para controle e processo de pagamento;

8.3.2.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá encaminhar juntamente com Nota Fiscal, os seguintes documentos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

- I – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
- II - Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- III - Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de Certidão Conjunto de débitos relativo aos tributos federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- IV - Prova de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

8.3.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado;

8.3.2.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

8.3.2.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.3.2.6. Independentemente do percentual de tributos inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.3.2.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

iv) Multa:

(1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;

(2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;

(3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

9.4. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

9.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

9.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

9.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

9.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

9.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

10.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, sob o regime de REGISTRO DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO e com adoção do critério de julgamento POR LOTE.

10.1.2. O pregão, em sua forma eletrônica, é a modalidade de licitação que se destina à aquisição de bens e serviços comuns, na qual a disputa entre os licitantes é realizada por meio de oferta de lances à distância, em sessão pública, efetuada em sistema comunicado à internet. Sendo o mais viável entre as modalidades de licitação.

10.1.3. A opção pela modalidade de pregão eletrônico consagra os princípios da ampla competitividade, concorrência e obtenção da proposta mais vantajosa à Administração. Desse modo, a possibilidade de competição entre empresas de qualquer estado, amplia as participações e ofertas aos itens objeto da licitação.

10.2. FORMA DE FORNECIMENTO

10.2.1. O fornecimento do objeto será PARCELADO.

10.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

10.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.3.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.3.1.1.1. Pessoa Física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.3.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.3.1.1.4. Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

10.3.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.3.1.1.6. Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.3.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.3.1.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

10.3.1.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

10.3.1.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.3.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

10.3.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.3.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

10.3.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.3.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.3.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.3.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.3.1.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.3.1.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.3.1.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

15.3.1.3.3. Os demais requisitos para avaliação da qualificação econômico-financeira deverão vir especificado no edital.

10.3.1.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.3.1.4.1. Comprovação de aptidão para fornecimento de materiais similares, equivalentes ou superior com o objeto desta contratação, ou com o lote pertinente, por meio da apresentação de, de no mínimo 01 (uma), certidão (oes) ou atestado (s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com quantidade e prazo com o objeto a ser licitado.

10.3.1.4.1.1. Para comprovação da aptidão para fornecimento e da compatibilidade em características, quantidade e prazo com o objeto licitado, será permitido o uso e a soma de atestados.

10.3.1.4.2. Não serão aceitos atestados ou declarações emitidas pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado de contratação;

10.3.1.4.3. Os atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados pelo licitante devem comprovar aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantitativo e prazos com o objeto de que se trata o processo licitatório;

10.3.1.4.4. O licitante deverá apresentar cópia do contrato que deu suporte à contratação, ou notas fiscais, ou documento comprobatório da execução do fornecimento do atestado apresentado;

10.3.1.4.5. Em caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos art. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42 parágrafos 2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
 2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
 3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
 4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
 5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
 6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; f) ata da sessão que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
 7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 10.3.1.4.6.** Apresentação de Alvará Sanitário (ou licença sanitária) da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, para as atividades econômicas – CNAE dos produtos a serem licitados contidos na instrução IN nº 66, de 01 de setembro de 2020.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

12. DA FORMA DE REAJUSTAMENTO DO VALOR CONTRATADO

- 12.1.** Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados anualmente, a contar do orçamento estimado, salvo dispositivo legal que de outro modo discipline a matéria ou no caso de desequilíbrio econômico-financeiro na relação contratual;
- 12.2.** Adota-se o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou, na falta deste, o que vier a substituí-lo para correção do valor inicialmente contratado;
- 12.3.** Com vistas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida, a qualquer tempo, a revisão do preço inicialmente contratado, desde que, em eventuais solicitações nesse sentido, a CONTRATADA comprove a superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária anual nº 1606/2023 e QDD - Decreto nº 01 de janeiro de 2024.
- 13.1.1.** As contratações serão atendidas pelas dotações orçamentárias que serão informadas, posteriormente, pelo Setor de Planejamento /Orçamento que será anexada ao processo.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS/SUSTENTABILIDADE



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

14.1. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais;

14.2. A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com os artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021;

14.3. Conforme Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 6ª edição, link <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>, de setembro de 2023, da Advocacia Geral da União:

14.3.1. Após a aquisição, a Contratada deverá prever a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas inservíveis, e segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401 de 2008;

14.3.2. Só será admitida a oferta de detergente em pó, fabricado no país ou importado, cuja composição respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005, e legislação correlata;

14.3.3. Só será admitida a oferta de detergente em pó previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme Lei nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 40, de 2008 e RDC ANVISA Nº 59, DE 2010;

14.3.4. Por se tratar de produto cujos respectivos fabricantes desenvolvem atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013, e que são obrigados ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, somente será aceita a oferta de produto, cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (FTE Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas), nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013, e legislação correlata.”

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Naquilo que for omissa o presente Termo de Referência, reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133/21.

Barreiras-BA, em 19 de setembro de 2024.

Gislaine César de Carvalho Barbosa
Secretária Municipal de Administração

Melchisedec Alves das Neves
Secretário Municipal de Saúde

Gabriela Galdina Santana Nogueira
Secretária Municipal de Assistência Social e Trabalho



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

ANEXO II ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Atendendo ao que preceitua o parágrafo 1º, inciso I, do artigo 18, da Lei nº 14.133/2021 o Estudo Técnico Preliminar instituído no âmbito das Secretarias, tem o intuito de evidenciar o problema a ser resolvido e sua melhor solução de modo a avaliar a viabilidade técnica e econômica da contratação, bem como, fornecer informações relevantes para subsidiar o processo de aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal, descartáveis e materiais para limpeza e conservação de piscinas para atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Barreiras – BA.

1.2. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A presente aquisição tem a finalidade de viabilizar a aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal, descartáveis e materiais para limpeza e conservação de piscinas para atender o consumo estimado num período de 12 (doze) meses, a fim de que possam suprir as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Barreiras consoante especificação das quantidades e descrição dos materiais. Entretanto, a Secretaria de Educação não será contemplada com a aquisição desse processo, pois optou por realizar seu próprio processo licitatório.

2.2. A Aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal, descartáveis e materiais para limpeza e conservação de piscinas se faz necessária para a reposição dos estoques dos Almoxarifados para atender a demanda das Secretarias para manutenção dos trabalhos administrativos, operacionais e rotineiros nos diversos Setores, dando continuidade ao serviço público aceitável. Considerando que para o funcionamento das Secretarias é de grande importância a referida aquisição para que todos os Setores possam funcionar adequadamente, pois o material de limpeza, higiene pessoal, descartáveis e materiais para limpeza e conservação de piscinas é o mínimo necessário para que o servidor público possa exercer suas funções, pois toda a rotina administrativa necessita do objeto em tela, e mostra-se essencial a aquisição para o pleno funcionamento da Administração Pública.

2.3. Constitui objeto do presente ETP a contratação de empresas especializadas em fornecimento de material de limpeza, higiene pessoal, descartáveis e materiais para limpeza e conservação de piscinas, tendo em vista a finalização da vigência dos contratos de fornecimento desses materiais e considerando que a maioria dos itens da ata de registro de preços estarem com saldos finalizando. Os materiais supracitados são considerados comuns e são encontrados com facilidade no mercado, sendo que a contratação deverá ocorrer mediante processo de licitação, para entregas parceladas, conforme as demandas das Secretarias.

3. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
<ul style="list-style-type: none">Secretaria de Administração;Secretaria de Assistência Social e Trabalho;Secretaria da Fazenda;Secretaria de Saúde;Secretaria de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes;Secretaria de Cultura e Turismo;Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer;Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade;Secretaria de Agricultura e Tecnologia;Secretaria de Segurança Cidadã e Trânsito	<ul style="list-style-type: none">Gislaine César de Carvalho Barbosa;Robeilton Silva Paiva – Diretor; Gabriela Galdina Santana Nogueira - Secretária;Celso Lessa;Melchisedec Alves Neves;João Araújo de Sá Teles;Emília Perpétua Carvalho Moreno;Lucas Christiano da Silva Quirino;Demóstenes da Silva Nunes Júnior;José Marques Batista de Castro;Álvaro Sampaio Júnior;

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

- 4.1. Como requisito de exigência para esta contratação será estabelecido ao fornecedor a ser contratado a apresentação de todas as prerrogativas contidas no termo de referência e no edital.
- 4.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- 4.3. Substituir ou reparar, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 4.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 4.5. Os materiais deverão ser entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, dentro dos prazos especificados.
- 4.6. REGIME DE EXECUÇÃO: Compra com aquisição remunerada de bens para fornecimento parcelado.
- 4.7. EXECUÇÃO: Prazo para recebimento provisório e definitivo, bem como critérios de pagamento serão detalhados no Termo de Referência.
- 4.8. O pagamento à CONTRATADA será efetuado após o recebimento do objeto, mediante depósito bancário.
- 4.9. Obrigações específicas da Contratada serão detalhadas no Termo de Referência.
- 4.10. As condições de julgamento das propostas, bem como, critérios de qualificação técnica serão dispostas no Termo de Referência e Edital.
- 4.11. Exigências relativas à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, bem como os critérios de qualificação econômico-financeira, serão de acordo com a legislação e constarão no Edital.
- 4.12. Manter, durante toda a execução dos contratos oriundos da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 4.13. Os contratos oriundos da ata para a aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal, descartáveis e materiais para limpeza e conservação de piscinas, serão celebrados com vigência de 12 (doze) meses, de acordo com o que estabelece a lei nº 14.133/2021.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 5.1. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresas especializadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.
- 5.2. A aquisição do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento, no termo de referência e edital.
- 5.3. Por se tratar de materiais muito comuns na Administração Pública, é perceptível que existe um mercado amplo na região que comumente participa dos processos licitatórios. Dentre as empresas que firmaram contratos com a Prefeitura Municipal de Barreiras, referente à última licitação, cita-se:

ITEM	FORNECEDORES	CNPJ
Aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal, descartáveis e materiais para limpeza e conservação de piscinas	HIGITOP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	19.725.348/0001-74
	NUNES & RIBEIRO LTDA	21.315.351/0001-61
	AQUALIMP PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA	10.554.267/0001-84
	COMERCIAL MAPEL LTDA	11.260.603/0001-49

- 5.4. Todos os itens a serem adquiridos são materiais comuns, encontrados usualmente no mercado e a forma de escolha do fornecedor será por licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo “menor preço” e com o critério de julgamento POR LOTE, com ampla concorrência, por registro de preços, visando a obtenção da melhor proposta para a Administração.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 6.1. Considerando as características de utilização, as quantidades de materiais de limpeza e higiene necessários, os períodos informados e os valores estimados, **conclui-se** que a melhor opção e a mais vantajosa, adequada e disponível



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

no mercado, sob a égide dos princípios da oportunidade e conveniência da Administração Pública está na efetiva *Aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal, descartáveis e materiais para limpeza e conservação de piscinas* vez que tais itens se destinam a compor o estoque dos almoxarifados desta Prefeitura para atender as necessidades das Secretarias.

6.2. Salienta-se que esta solução tem sido utilizada no último pleito e tem se mostrado mais eficiente e eficaz no atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Barreiras até o momento, sendo passível de análise quando se utilizar de outra solução mais vantajosa a Administração Pública no mercado.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. A estimativa dos quantitativos está inserida no anexo I deste Estudo Técnico, distribuídos em 14 (quatorze) lotes, com vários itens, a serem adquiridos nesta contratação. As Quantidades foram levantadas junto às Secretarias pela Secretaria Municipal de Planejamento, e tiveram por base o quantitativo total do contrato anterior, estes redefinidos, para mais ou para menos, conforme o fornecimento e necessidade das secretarias.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. No âmbito das aquisições públicas, a pesquisa de preços possui como uma das principais finalidades, estimar o custo do objeto para fins de análise quanto à existência de recursos orçamentários suficientes para o pagamento da despesa com a contratação e servir de parâmetro objetivo para julgamento das ofertas apresentadas quando da aceitação das propostas.

8.2. Os preços foram obtidos através da Ata de Registro de Preços nº 010/2023, referente ao Pregão Eletrônico nº 002/2023, cujo objeto foi a *Aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal, descartáveis e materiais para limpeza e conservação de piscinas*, que teve os preços registrados com as empresas HIGITOP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 19.725.348/0001-74, NUNES & RIBEIRO LTDA, CNPJ nº 21.315.351/0001-61, AQUALIMP PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA, CNPJ nº 10.554.267/0001-84 e COMERCIAL MAPEL LTDA, CNPJ nº 11.260.603/0001-49, conforme anexo.

8.3. Com base nos valores unitários obtidos através da Ata nº 010/2023 e pesquisa na internet de alguns itens que não constam nessa Ata e os quantitativos a serem adquiridos, chegou-se a estimativa de valor total de cada lote, conforme mencionado abaixo, totalizando o valor estimado de todos os lotes em **R\$ XXXXX**.

VALORES OCULTADOS DEVIDO AO CARATÉR SIGILOSO.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

9.1. Visando melhor gestão dos itens de consumo, será efetuada a opção por aquisições parceladas até a quantidade total indicada na coluna "Quantidade" do anexo I desse Estudo Técnico Preliminar. Solicitações posteriores poderão ser feitas, dependendo das necessidades e do orçamento disponibilizado.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. A contratação de empresa para *Aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal, descartáveis e materiais para limpeza e conservação de piscinas* a ser realizada pela Prefeitura Municipal de Barreiras, não possui exigência de outras contratações correlatas ou interdependentes.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. A contratação de empresas para *Aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal, descartáveis e materiais para limpeza e conservação de piscinas* está alinhada ao Planejamento Estratégico do Município, tais como PPA - LEI Nº 1.488, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021, para o período de 2022 a 2025 e LOA - Lei nº 1606/2023.

11.1.1. Previsão no Plano Anual de Contratações:

11.1.1.1. Como bem demonstra a declaração de "Ausência do Plano de Contratações Anual (PAC)", constante nos autos, o Município de Barreiras ainda não finalizou a elaboração de seu PAC. Todavia, a presente contratação se encontra perfeitamente alinhada aos interesses da Administração, fazendo parte das ações de manutenção dos serviços básicos administrativos das Secretarias.

A aquisição foi planejada considerando os seguintes aspectos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

- **Objetivos Estratégicos do Município:**

A contratação está alinhada aos objetivos de realizar as ações de manutenção das Secretarias/Fundos, com a finalidade de efetivar as atividades básicas nas Secretarias.

- **Orçamento e Disponibilidade financeira:**

A aquisição foi planejada considerando o orçamento e disponibilidade financeira, pois a execução financeira foi cuidadosamente planejada e alocada no Orçamento Anual - LOA, Lei nº 1606/2023 e QDD, assegurando a disponibilidade de recursos para a contratação.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. Os resultados pretendidos com a presente contratação são:

- Em relação à eficácia: atendimento de todas as demandas materiais de limpeza, higiene pessoal, descartáveis e materiais para limpeza e conservação de piscinas, no suporte à atividade finalística do órgão;
- Quanto à eficiência: assegurar a continuidade da prestação dos serviços das Secretarias, e do uso racional dos recursos financeiros;
- Com a Aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal, descartáveis e materiais para limpeza buscam-se também, atender ao princípio da economicidade, cuja meta é a obtenção da melhor relação custo-benefício possível de materiais de limpeza em recursos financeiros, econômicos e administrativos possa alcançar, permitindo assim que os serviços sejam realizados de forma rápida, econômica e sustentável.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Realização de licitação na modalidade Pregão, por se enquadrar em aquisição de bem comum, vez que é possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado e padrões de qualidade.

13.2. A aquisição do objeto será operacionalizada pelas empresas a serem contratada, sem necessidade de qualquer adequação no ambiente da PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS, pois os Almojarifados do Município tem o histórico de armazenar com segurança os itens a serem adquiridos. Os servidores já estão devidamente capacitados para o recebimento e análise dos materiais.

13.3. Justifica-se devido à necessidade de manutenção dos estoques dos almoxarifados centrais de cada órgão de materiais de limpeza cuja finalidade é manter as unidades limpas e higienizadas para propiciar um ambiente confortável e seguro rotineiramente.

14. GESTÃO DE RISCOS

14.1. Baseando-se na simplicidade da contratação, na natureza específica dos riscos envolvidos, que são bem conhecidos e gerenciáveis, e no conhecimento prévio que a Administração Pública já possui sobre este tipo de contratação, conclui-se que a elaboração de uma Matriz de Riscos específica para a contratação em epígrafe não se faz necessária. Contudo, isso não dispensa a Administração Pública de realizar um acompanhamento diligente do contrato para assegurar sua execução conforme planejado, mantendo a prerrogativa de adotar medidas de contingência conforme necessário.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais;

15.2. A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com os artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021;

15.3. Conforme Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 6ª edição, link <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>, de setembro de 2023, da Advocacia Geral da União:

15.3.1. Após a aquisição, a Contratada deverá prever a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas inservíveis, e segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401 de 2008;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

15.3.2. Só será admitida a oferta de detergente em pó, fabricado no país ou importado, cuja composição respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005, e legislação correlata;

15.3.3. Só será admitida a oferta de detergente em pó previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme Lei nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 40, de 2008 e RDC ANVISA Nº 59, DE 2010;

15.3.4. Por se tratar de produto cujos respectivos fabricantes desenvolvem atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013, e que são obrigados ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, somente será aceita a oferta de produto, cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (FTE Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas), nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013, e legislação correlata.”

16. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

16.1. Pretende-se contratar os itens descritos no anexo deste ETP ao menor preço, com a qualidade e especificações garantidas, visando atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Barreiras, de forma eficaz e eficiente.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

17.1. Considerando a evidente necessidade de materiais de limpeza, higiene pessoal, descartáveis e materiais para limpeza e conservação de piscinas para fazer frente às demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Barreiras esta equipe de Planejamento *conclui-se pela viabilidade da aquisição pretendida.*

17.2. Justificativa da Viabilidade

Com base em todos os pontos levantados neste ETP, considerando os aspectos técnicos, financeiros, orçamentários e circunstanciais, inexistente qualquer impeditivo de ordem prática ou legal que inviabilizem a respectiva contratação.

Barreiras – BA, em 17 de setembro de 2024.

Igor Lima Oliveira Durães

Matrícula nº 62657

Secretaria de Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

ANEXO I DO ETP
QUANTITATIVOS

Objeto: aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal, descartáveis e materiais para limpeza e conservação de piscinas, visando atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Barreiras.

Lote I

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	U.F.	QUANT.
1	Acidulante líquido concentrado, para processo de lavagem de artigos têxteis, com ação neutralizante, a base de metabissulfito de sódio, sequestrante e veículo aquoso. Embalagem 30 litros. Validade 18 meses. Apresentar Ficha técnica do produto para fins de comprovação que o mesmo tenha certificação de qualidade ISO 9001.	BB	312
2	Água sanitária, com cloro ativo entre 2% e 2,5%. Embalagem de 1 litro. Validade máxima de 6 meses. Cx com 12 und.	CX	1749
3	Água sanitária, com cloro ativo entre 2% e 2,5%. Embalagem de 5 litros. Validade máxima de 6 meses.	GL	1645
4	Alvejante líquido concentrado a base de hipoclorito de sódio concentrado para lavagem de roupas. Validade 3 meses. Embalagem 30 litros. Apresentar Ficha técnica do produto para fins de comprovação que o mesmo tenha certificação de qualidade ISO 9001.	BB	312
5	Amaciante concentrado, perfumado para todos os tipos de roupas/tecidos, contendo tensoativo biodegradável. Composição: Cloreto de Dialquil Dimetil Amônico, glicerina, conservante, fragrância, corante e água. Embalagem 30 litros. Validade 18 meses. Apresentar Ficha técnica do produto para fins de comprovação que o mesmo tenha certificação de qualidade ISO 9001.	BB	312
6	Amaciante e acidulante líquido concentrado, para processo de lavagem de artigos têxteis, com ação neutralizante e amaciante, composição: Tensoativo não iônico, solvente, cloreto de dimetil dialquil amônio sebo hidrogenado, corante, essência, agente de controle de PH e água. Embalagem 30 litros. Validade 18 meses. Apresentar ficha técnica do produto para fins de comprovação de que o produto atende as especificações solicitadas e que o mesmo tenha certificação de qualidade ISO 9001.	BB	312
7	Aromatizador de ambientes, diluição 1:50, Composição: Tensoativo não iônico, corante, solvente, Cloreto de alquil dimetil benzil amônio e água. Embalagem 2 litros. Validade 18 meses. Apresentar ficha técnica do produto para fins de comprovação de que atende as especificações solicitadas.	GL	40
8	Aromatizador de ar para ambiente, aerosol, fragrância agradável, não contendo CFC (clorofluorcarbono), 06x360ml.	CX	276
9	Cera auto brilho incolor, base dispersão acrílica metalizada, com teor de sólidos 12% e agradável perfume. Embalagem 750ml. Validade 24 meses. CX c/ 12 und.	CX	3
10	Cera auto brilho, a base de polímero acrílico metalizado, composição: dispersão acrílica metalizada, emulsão de cera de polietileno, agente nivelador, plastificante e veículo aquoso. Embalagem de 5 litros. validade 24 meses.	GL	162
11	Desinfetante clorado a base de Hipoclorito de Sódio 2%. Validade 6 meses. Embalagem 5 litros.	GL	500
12	Desinfetante concentrado, diluição 20ml/L, teor ativo catiônico mínimo de 9,5%. Validade 24 meses. Embalagem 5 litros.	GL	3174



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

13	Desinfetante Hospitalar para Superfícies Fixas a base de Hipoclorito de Sódio 1%. Validade 6 meses. Embalagem 5 litros.	GL	390
14	Desinfetante anti-septico, tipo creolina 900ml cx c/ 12 unidades.	CX	31
15	Desinfetante e limpador de uso geral, a base de peróxido de hidrogênio, diluição até 1/200 (com ação desinfetante diluído até 1/40). Composição: Água; tensoativos não aniônicos; acidificante ativo; fragrância; corante. Peróxido de hidrogênio. PH 3,5. Embalagem de 5 lts. Apresentar Ficha técnica do produto para fins de comprovação de que atende as especificações solicitadas.	GL	34
16	Desinfetante em pedra para sanitário, 30 grs., com suporte simples em plástico, caixa com 36 unidades.	CX	233
17	Desinfetante uso geral, pronto uso, com ação bactericida contra: Salmonella choleraesuis, staphylococcus, Pseudomonas aeruginosa, Escherichia coli. Embalagem 500ml. Cx c/ 12 unidades.	CX	273
18	Desinfetante uso geral, pronto uso, com ação bactericida contra: Salmonella choleraesuis, staphylococcus, Pseudomonas aeruginosa, Escherichia coli. Embalagem 5 litros.	GL	1902
19	Detergente gelatinoso concentrado, diluição 1:20, fragrância cítrica a base de ácido sulfônico. Embalagem 5 litros. Validade 24 meses.	GL	45
20	Detergente liquido concentrado para lavagem de artigos têxteis, contendo tensoativo biodegradável. Composição: Tensoativo aniônico, tensoativo não-iônico, complexante, branqueador ótico. Validade mínima 18 meses. Embalagem 30 litros. Apresentar Ficha técnica do produto para fins de comprovação que o mesmo tenha certificação de qualidade ISO 9001.	BB	312
21	Detergente Enzimático para desinfecção de artigos médicos hospitalares, embalagem 5Lts, validade mínima 24 meses.	GL	0
22	Detergente líquido biodegradável, altamente concentrado, diluição 1:200, a base de ácido sulfônico e lauril éter sulfato de sódio. Embalagem 5 litros. Validade 24 meses.	GL	3210
23	Detergente líquido, composição: ácido Dodecilbenzeno sulfonato de sódio, alcalinizante, tensoativo aniônico, espessante, corante, conservante, fragrância e veículo. Embalagem com 24 unidades de 500ml. Validade mínima 24 meses.	CX	746
24	Detergente neutro concentrado para pisos cerâmicos em geral, limpeza de área, biodegradável, diluível. Produto em frascos de 5 L	UND	453
25	Inseticida, a base de agua, em aerossol, não contendo cfc-clorofluorcarbono. embalagem: com volume nao inferior a 300 ml, dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Cx c/ 12 und	CX	179
26	Limpa vidros a base de álcool e tensoativos aniônicos, pronto uso, validade mínima 24 meses. Embalagem 500ml. Caixa c/ 12 und.	CX	199
27	Limpador instantâneo, multiuso 24x500ml	CX	176
28	Limpador para pisos, porcelanatos, rejuntas, granitos e mármore, solução de 1 L, caixa com 12 unidades	CX	157
29	Lustra Móveis, composição: Emulsão de silicone, Carboxil metil Celulose, coadjuvante, neutralizante, conservante, fragrancia e veículo. Cx c/ 24x200ml	CX	34
30	Panos umedecidos desinfetante e limpador de uso geral, que combinam peróxido de hidrogênio com tensoativos, garantindo eficiência e praticidade na limpeza e na desinfecção. Composição: veículo, acidificante, álcool etoxilado, coadjuvante, Óxido de coco Alquil Dimetil Amina, Alcalinizante, Peróxido de hidrogênio,	CX	1



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

	Fragrância, Embalagem. Caixa contendo 6 x 150 panos. Apresentar ficha técnica do produto para fins de comprovação de que atende as especificações solicitadas.		
31	Reforço Alcalino para lavanderia, indicado nos processos de lavagem de roupas brancas ou coloridas com sujidade média ou pesada.composição: Hidróxido de sódio, sequestrante, Dispersante e Veículo. P. Ativo: Hidróxido de sódio. Embalagem 30 litros. Validade 18 meses. Apresentar Ficha técnica do produto para fins de comprovação que o mesmo tenha certificação de qualidade ISO 9001.	BB	312
32	Removedor de cera concentrado, diluição 1:20, a base de amina óxida, butilglicol e dipropilenoglicol e hidróxido de sódio. Embalagem 5 litros. Validade 24 meses.	GL	312
33	Sabão em barra, glicerinado. Embalagem: CX com 10 pcts, contendo 5 unidades de 200g.	CX	449
34	Sabão em pó multicores e máxima ação, Embalagem contendo 20 und. de 500g.	FD	289
35	Sabonete líquido glicerinado, fragrância erva doce, contendo glicerina em sua composição, tensoativo aniônico, tensoativo não-iônico. Embalagem 5 litros. Validade 24 meses.	GL	2528
36	Sabonete líquido glicerinado, fragrância erva doce, contendo glicerina em sua composição, tensoativo aniônico, tensoativo não-iônico. . Embalagem 500 ml. Validade 24 meses.	UND	2050
37	Sabonete sólido, antibacteriano, fragrância agradável. Embalagem: pacotes com 12unds. Com 90 gr cada.	CX	52
38	Sabonete sólido, caixa com 500 unidades de 20 g	CX	1
39	Sabonete sólido, cx com 1000 unds de 12g	CX	3
40	Selador e acabamento acrílico antiderrapante em um único produto. Indicado para áreas de alto tráfego. Rendimento por camada de 70 a 80 m2 por litro. Composição: Veículo, agente nivelador, agentes formadores de filme, Coadjuvant, plastificante, polímetro acrílico, conservante. Embalagem de 5 lts. Apresentar Ficha técnica do produto para fins de comprovação de que atende as especificações solicitadas.	GL	0
41	Soda cáustica com 98% a 99% embalagem de 900 g, contendo identificação do produto e validade	UND	214
42	Solução esterilizante e desinfetante aquosa de glutaraldeído a 2% mais ativador - 28 dias isentos de formaldeído, frasco em plástico resistente para desinfecção de artigos termosensíveis. A solução deverá ter fita para verificação de ação. Só será aceito material fornecido com vida útil superior a 80%. GALÃO 5 LITROS.	GL	0

LOTE II

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	U.F.	QUANT.
1	Álcool etílico 70% 1000 ml, indicado para desinfecção de superfície fixa e anti-sepsia antes de punção venosa, tendo como princípio ativo o álcool etílico a 77% (v/v) que corresponde a 70% em peso, com ação antimicrobiana para Staphylococcus aureus, Sal cx com 12 und	CX	113



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

2	Álcool etílico em gel 70%, solução antisséptica uso externo, com sistema de válvula dosadora P. Ativo: Álcool etílico. Embalagem 5Lts. Validade mínima: 18 meses. Apresentar Ficha técnica do produto para fins de comprovação que o mesmo tenha certificação de qualidade ISO 9001.	GL	11
3	Álcool etílico em gel 70%, solução antisséptica uso externo, com sistema de válvula dosadora P. Ativo: Álcool etílico. Embalagem com 24 unidades de 500g. Validade mínima: 18 meses. Apresentar Ficha técnica do produto para fins de comprovação que o mesmo tenha certificação de qualidade ISO 9001.	CX	65
4	Produto p/ assepsia das mãos a base de Alcool antisséptico em espuma. Embalagem de 5Lts. Apresentar Ficha técnica do produto para fins de comprovação que o mesmo tenha certificação de qualidade ISO 9001.	GL	10

LOTE III

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	U.F.	QUANT.
1	Bandeja de isopor para alimentos, fardo com 400 unidades de 235 mm x 180mm x 33 mm	FD	31
2	Caixa de isopor, com tampa, capacidade para 04 litros	CX	94
3	Caixa de isopor, com tampa, capacidade para 08 litros.	UNID	156
4	Caixa de isopor, com tampa, capacidade para 13 litros.	UNID	156
5	Caixa de isopor, com tampa, capacidade para 17 litros.	UNID	156
6	Caixa de isopor, com tampa, capacidade para 24 litros.	UNID	167
7	Caixa de isopor, com tampa, capacidade para 50 litros	UNID	182
8	Colher descartável Tam. Médio cx c/20 pct c/ 50 unidades cada	CX	579
9	Copo descartável 200 ml, cx com 25pcts. De 100 unidades.	CX	1697
10	Copo descartável 300 ml, cx com 20pcts. De 100 unidades.	CX	296
11	Copo descartável 50 ml, cx. Com 50 pct de 100 unidades.	CX	148
12	Copo descartável 80 ml, cx com 25 pct de 100 unidades.	CX	71
13	Embalagem p/ marmitex N 08 cx c/ 100 unidades	CX	2072
14	Embalagem p/ marmitex N 09 cx c/ 100 unidades	CX	975
15	Faca descartável, tamanho médio, caixa c/ 20 pacotes c/ 50 unidades cada	CX	110
16	Filme PVC envelope, conserva e protege alimentos , medindo 28cmx30m, cx c/ 24 und.	CX	130
17	Filme PVC envelope, conserva e protege alimentos , medindo 28x300m, cx c/ 1 unidade	CX	82
18	Folha de alumínio, medindo 30cmx7, 50m, cx. Com 24unidades.	CX	164
19	Fósforo de madeiras = fardos com 20 pacotes de 10 caixas com 40 palitos	FD	168
20	Garfo descartável tam. Médio cx c/ 20 pct c/ 50 unidades cada	CX	108



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

21	Palito dental em madeira, resistente, formato roliço, com pontas afiadas cx c/ 500 unidades	CX	887
22	Pote de plástico, descartável, transparente, com tampa 300 ml - Pacote com 50 unidades	PCT	800
23	Pratos descartáveis em poliestireno, cor branca, 15 cm, pacote com 10 unidades.	PCT	308
24	Pratos descartáveis em poliestireno, cor branca, 23 cm, pacote com 10 unidades.	PCT	198
25	Tampa plástica para copo descartável de 200 ml, pacote com 100 unidades	PCT	780

LOTE IV

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	U.F.	QUANT.
1	Saco plástico para lixo, para acondicionamento de resíduos domiciliares (resíduos geral ou misturado ou contaminado não passível de separação), em resina termoplástica virgem ou reciclada, capacidade nominal para 200 litros, na cor preta, com no mínimo de 0,10mm de micras. DIMENSÕES 100 X 110 CM, em conformidade com as NBRs 9191 e 14474....	Cento	3237
2	Saco plástico para lixo, para acondicionamento de resíduos domiciliares (resíduos geral ou misturado ou contaminado não passível de separação), classe I, em resina termoplástica virgem ou reciclada. DIMENSÕES 75 X 90CM. com no mínimo de 0,10mm de micras, capacidade nominal para 100 litros, na cor preta, em conformidade com as NBRs 9191 e 14474.	Cento	3338
3	Saco para entulho (saco de rafia) 60 x 90 cm	Cento	161
4	Saco plástico AZUL para acondicionamento de resíduos comum, resistente, confeccionado em polietileno de baixa densidade, tamanho de 39 x 59 cm, capacidade volumétrica de 20 litros, tipo domiciliar, embalados com 100 unidades, devidamente identificados através de etiqueta do fabricante.	Cento	145
5	Saco plástico AZUL para acondicionamento de resíduos comum, resistente, confeccionado em polietileno de baixa densidade, tamanho de 63 x 80 cm, capacidade volumétrica de 60 litros, tipo domiciliar, embalados com 100 unidades, devidamente identificados através de etiqueta do fabricante.	Cento	181
6	Saco plástico AZUL para acondicionamento de resíduos comum, resistente, confeccionado em polietileno de baixa densidade, tamanho de 59 cm x 62 cm, capacidade volumétrica de 40 litros, tipo domiciliar, embalados com 100 unidades, devidamente identificados através de etiqueta do fabricante.	Cento	164
7	Saco plástico cor LARANJA opaco, capacidade 100 litros, dimensões de 75 x 90 cm para acondicionamento de resíduos sólidos hospitalares (químicos), classe II tipo E, constando o símbolo de material tóxico em preto, com registro no Ministro da Saúde, conforme norma ABNT 7500 e RDC 306 da Anvisa. O saco deve ser constituído de polietileno impermeável, solda contínua, homogênea e uniforme, sem emendas, com vedação completa, confeccionado de acordo com as normas ABNT NBR 9191/2008, utilizando-se de resinas termoplásticas	Cento	78
8	Saco plástico LILAS para acondicionamento de resíduos comum, resistente, confeccionado de plietileno, tamanho de 75 x 90 cm, capacidade volumétrica de 100 litros, tipo domiciliar, embalados com 100 unidades, devidamente identificados através de etiqueta do fabricante.	Cento	78



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

9	Saco plástico MARROM para acondicionamento de resíduos comum, resistente, confeccionado de polietileno, tamanho de 75 x 90 cm, capacidade volumétrica de 100 litros, tipo domiciliar, embalados com 100 unidades, devidamente identificados através de etiqueta do fabricante.	Cento	86
10	Saco plástico para acondicionamento de resíduos comum, resistente, capacidade volumétrica de 300 litros, embalados com 100 unidades devidamente identificados através de etiqueta do fabricante.	Cento	488
11	Saco plástico para lixo, capacidade 100 litros, 75x90cm, Leitoso (Infectante) 0,8 micras. Normas a ABNT	Cento	4705
12	Saco plástico para lixo, capacidade 150 litros. Reforçado - Preto 0,6 micras. Dimensões 90 x 92 cm com 100 unidades	Cento	462
13	Saco plástico para lixo, capacidade 20 litros, com 10 (micras). (preto), dimensões 39x59	Cento	418
14	Saco plástico para lixo, capacidade 200 litros, com 100 unidades. Leitoso, reforçado (infectante) 8 micras	Cento	3150
15	Saco plástico para lixo, capacidade 40 litros, com 10 (micras). (preto), dimensões 59x62	Cento	631
16	Saco plástico para lixo, capacidade 40 litros, Leitoso (Infectante). 0,5 micras.	Cento	780
17	Saco plástico para lixo, capacidade 60 litros, Leitoso (Infectante) 0,8 micras	Cento	2360
18	Saco Plástico Para Lixo, Para Acondicionamento De Resíduos Domiciliares (Resíduos Geral Ou Misturado Ou Contaminado Não Passível De Separação), Classe I, Em Resina Termoplástica Virgem Ou Reciclada. DIMENSÕES 63 X80CM Com No Mínimo De 0,06mm A 0,08mm De Micras, Capacidade Nominal Para 60 Litros, em conformidade com as NBRs 9191 e 14474. (preto)	Cento	2463
19	Saco plástico transparente, para embalagem, alta densidade, dimensões 24 x 35 cm	Cento	79
20	Saco plástico, transparente, para embalagem, alta densidade, dimensões 16x32X10cm	Kg	326
21	Saco plástico, transparente, para embalagem, alta densidade, dimensões 30x50cm	Kg	1565
22	Saco plástico, transparente, para embalagem, alta densidade, dimensões 40x60X10cm	Kg	943
23	Saco plástico, transparente, para embalagem, alta densidade, dimensões 50x70cm	Kg	946
24	Saco plástico, transparente, para embalagem, alta densidade, dimensões 60x80X10cm	Kg	953
25	Sacola plástica transparente bobina picotada com 500 sacolas, dimensões: 30 x 40 cm	Rolo	164
26	Sacola plástica transparente, bobina picotada com 1.000 sacolas, dimensões: 18 x 30 cm	Rolo	157
27	Sacolas plásticas transparente bobina picotada com 500 sacolas, dimensões 50 x 70 cm	Rolo	240

LOTE V



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	U.F.	QUANT.
1	Guardanapo de papel, folha simples, alta qualidade, embalagem com 40 pacotes com 50 folhas 21,5cmx23cm.	FD	128
2	Papel higiênico branco, folha simples, 100% celulose virgem branca, Fd. c/ 10cmx300m, c/ 8 und. (8x300m)	FD	1046
3	Papel higiênico, branco, folha dupla, 100% celulose virgem branca, c/ 08 unidades de 250 m	FD	1150
4	Papel toalha multiuso, picotado, folha dupla, 100% celulose virgem, embalagem contendo 12 pcts c/ 2 rolos de 60 toalhas.	FD	757
5	Papel toalha, interfolhado, 2 dobras 22cmx20cm, 100% celulose virgem, c/ 4.800fls.	CX	924
6	Papel toalha, interfolhado, 2 dobras 22cmx20cm, folha simples, 100% celulose virgem, c/ 2.000fls..	CX	1667
7	Papel toalha, interfolhado, folha dupla, 22 cm x 20 cm, 100% celulose virgem com 2.400 fl	CX	821
8	Papel, higiênico, neutro, folha simples, em rolo, com dimensões 10cmx30m, 100% celulose virgem, picotado, fardo c/ 16 pcts c/ 04 rolos de 30mt.	FD	4043
9	Papel, higiênico, neutro, folha dupla, em rolo, com dimensões 10cmx30m, 100% celulose virgem, picotado, fardo c/ 16 pcts c/ 04 rolos de 30mt.	FD	3356

LOTE VI

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	U.F.	QUANT.
1	Luva de borracha, Látex natural, antiderrapante, Interior 100% algodão, cano curto tamanho G, Azul.	PAR	1103
2	Luva de borracha, Látex natural, antiderrapante, Interior 100% algodão, cano curto tamanho M, Azul.	PAR	1005
3	Luva de borracha, Látex natural, antiderrapante, Interior 100% algodão, cano curto tamanho P, Azul.	PAR	1085
4	Luva de borracha, Látex natural, antiderrapante, Interior 100% algodão, cano longo tamanho G, Azul.	PAR	1851
5	Luva de borracha, Látex natural, antiderrapante, Interior 100% algodão, cano longo tamanho M, Azul.	PAR	1793
6	Luva de borracha, Látex natural, antiderrapante, Interior 100% algodão, cano longo tamanho P, Azul.	PAR	1691



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

LOTE VII

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	U.F.	QUANT.
1	Armação para MOP pó, em alta resistência 60 cm x 15 cm, com cabo de alumínio 22 mm x 1,40 m	UND	82
2	Cabo de alumínio de 22 mm de diâmetro x 1,50 m de altura, com garra para fixação do Mop úmido	UND	158
3	Desentupidor, manual, para vasos e pias, em borracha, com cabo de madeira plastificado	UND	123
4	Escova para limpeza de vaso sanitário, em nylon, com suporte plástico, caixa com 12 unidades.	CX	118
5	Escova lava Roupas, base plástica, cx com 12 unidades	CX	50
6	Frasco pulverizador/ borrifador em polipropileno com capacidade de 1 litro, com jato dirigido ou em leque	UND	289
7	Pá coletora de lixo c/ mini vassoura em polipropileno, articulada c/ cabo em alumínio, caixa c/ 12 unidades	CX	47
8	Pá para lixo plástica s/ cabo cx c/ 12 und	CX	88
9	Refil mop pó, 100% acrílico, 60 cm	UND	80
10	Refil mop úmido, em algodão e poliéster, ponta cortada, cintas de amarração 340 G	UND	392
11	Rodo com borracha dupla em polietileno e cabo de alumínio 1,40m, base em plástico com 55cm.	UND	408
12	Rodo com borracha dupla em polietileno e cabo de alumínio 1,40m, com base em plástico com 45 cm.	UND	249
13	Rodo com borracha dupla em polietileno e cabo de alumínio 1,40mt, com base em plástico com 35 cm.	UND	388
14	Suporte organizador, em aço, para vassoura e rodo, com no mínimo 5 ganchos e fixação em parede por parafusos	UND	61
15	Vassoura cerdas em pêlo, base retangular e cabo em madeira revestido em plástico medindo 26x5x6cm.	UND	463
16	Vassoura cerdas em pêlo, base retangular e cabo em madeira revestido em plástico medindo 40x6x6cm.	UNID	359
17	Vassoura cerdas em piaçava, base retangular e cabo em madeira revestido em plástico medindo 26x5x10,5cm	UND	233
18	Vassoura cerdas em piaçava, base retangular e cabo em madeira revestido em plástico medindo 40x6x6cm.	UND	300
19	Vassoura cerdas de nylon, altura mínima das cerdas, 10 cm, comprimento mínimo do cabo 1,50 m, base em plástico, medindo aproximadamente 30 cm	UND	292



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

20	Vassoura limpa teto, cerdas sintéticas, cabo de madeira, mínimo 1,80M	UND	209
21	Vassoura/ancinho para trabalhos leves no jardim com 22 dentes, com cabo. Fabricado com plástico virgem. Altura: 41 cm - Largura: 54 cm, 22 "dentes", com cabo madeira/ou plástico.	UND	221

LOTE VIII

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	U.F.	QUANT.
1	Esponja para limpeza, dupla face, medindo 110mm x 75mm x 20mm, fd com 60 unidades.	FD	381
2	Esponja para limpeza, em lâ de aço carbono abrasivo, limpeza Geral fd com 14 pacotes 08x60g.	FD	209
3	FLANELA para limpeza, 100% algodao, bordas overloqueadas em linhas de algodao, dimensoes de 40 x 60 cm, com varicao de ate -2 cm.	UND	2292
4	Palha de aço nº01, fardo com 10 pacotes de 14 unidades cada	FD	337
5	PANO de chao, tipo saco, 100% algodao, alvejado, bordas com acabamento em overlock, dimensoes 70 x 50 cm e peso 100 g, com variacao de +/- 5%.	UNID	4066
6	Pano de Prato 100% algodão larg. 47cmx67cm	UNID	1197
7	Pano Multiuso Picotado fardo c/ 300Mts	UND	216

LOTE IX

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	U.F.	QUANT.
1	Algicida de choque: Composição: Quaternário de amônia e água. Aspecto físico, líquido	LT	2
2	Algicida de manutenção: Composição: policloreto, diluente, corante e espessante, com validade mínima de até 24 meses, após data de entrega. Embalagem de 1 litro	LT	91
3	Aspirador 08 rodas. Modelo de referência: Sodramar ou similar superior	UND	1
4	Barrilha leve, embalagem 02 kg. Produto granulado fino para aumentar o PH da água. Com validade mínima de até 24 meses após a data de entrega	PCT	70
5	Cabo de alumínio BI-Telescópio com 6 M de comprimento, fabricado em dois tubos de alumínio corrugado e que se conectam um no interior do outro; ajustável conforme a necessidade e com manopla de apoio para facilitar manuseio na limpeza da piscina, podendo ser usado com aspirador, peneira e/ou escova.	UND	1
6	Capa de proteção para piscina, em lona de PVC, 500 micras, com tramas de poliéster empastado no PVC - reforço triplicado nas pontas, com kit completo para a instalação, cor azul - tamanho 2,5 x 4,95 - garantia de 01 ano	UND	0
7	Capa de proteção para piscina, em lona de PVC, 500 micras, com tramas de poliéster empastado no PVC - reforço triplicado nas pontas, com kit completo para a instalação, cor azul - tamanho 5,0 x 9,5 - garantia de 01 ano	UND	2
8	Clarificanate e floculante, aspecto físico líquido, para tratamento de piscina. Destinado a decantar impurezas dissolvidas na água da piscina	LT	74



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

9	Cloro granulado para limpeza de piscina. Hipoclorito de cálcio, cloro ativo 65%, dissolução de 0,8 g/h, acondicionado de forma adequada, registro e laudo analítico do fabricante. Embalagem de 10 Kg	BD	38
10	Filtro e bomba para piscina até 30.400L (compatível com modelo DFR 12-4) com carrinho. 127/220 V. Monofásica	UND	1
11	Kit teste de água para piscina (PH e Cloro) em estojo plástico, contendo reagente de cloro/reagente de PH/ 01 medidor	KIT	6
12	Limpa borda. Composição: surfactantes aniônicos e não aniônicos 3% e Quarte. Aspecto físico líquido	LT	8
13	Mangueira para aspirar piscina em PVC, do tipo flutuante, com diâmetro de 1 1/2, alta flexibilidade, resistência à abrasão e aos raios violetas	METRO	1
14	Mini flutuador clorador	UND	1
15	Pastilhas de cloro 3 x 1 =200 gr. Pacotes com 20 unidades	UND	19
16	Peneira do filtro para piscina 25m	UND	6
17	Peneira plástica com cabo de alumínio de 1,5 M = A=4 cm, L : 30 cm e P: 155 cm	UND	3
18	PH - = Redutor de PH para piscina	LT	10
19	PH + = Elevador de PH para piscina	LT	10
20	Rodas para aspirador grande	UND	0
21	Sulfato de alumínio. Embalagem 2 Kg	PCT	112

LOTE X

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QUANT.
1	Bateria alcalina 1,5 V (pilha botão)	UND	3120
2	Bateria Lithium 3 V (pilha pastilha)	UND	1560
3	Pilha alcalina 9V, com 01 unidade	UND	780
4	Pilha alcalina A 23 12 V (portão eletrônico)	UND	14
5	Pilha alcalina tamanho palito, AAA com 2 unidades	PCT	3523
6	Pilha alcalina tamanho grande, pacote com 2 unidades	PCT	10
7	Pilha alcalina tamanho médio, pacote com 2 unidades	PCT	327
8	Pilha alcalina tamanho pequeno AA com 2 unidades	PCT	3407
9	Pilha Cr 123 a Lithium 3 V	UND	780
10	Pilha recarregável AAA 600 mAh 1,2 V	UND	196

LOTE XI

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QUANT.
------	---------------	-----	--------



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

1	Caixa organizadora em plástico polipropileno, tampa com travas, capacidade mínima para 20 litros	UND	182
2	Caixa organizadora, em plástico polipropileno, tampa com travas, capacidade mínima para 40 litros	UND	184
3	Caixa organizadora, em plástico polipropileno, tampa com travas, capacidade mínima para 60 litros	UND	185
4	Caixa térmica, mínimo de 25 litros, material em polipropileno interno e externo, isolamento em EPS e tampa de polietileno de alta densidade	UND	48
5	Caixa térmica, mínimo de 45 litros, material em polipropileno interno e externo, isolamento em EPS e tampa de polietileno de alta densidade	UND	52

LOTE XII

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QUANT.
1	Mangueira para jardim, em plástico, resistente, trançada 1/2 polegada, com esguicho e engate rápido para torneira, comprimento mínimo de 15 metros	UND	132
2	Mangueira para jardim, em plástico, resistente, trançada 1/2 polegada, com esguicho e engate rápido para torneira, comprimento mínimo de 30 metros	UND	137
3	Mangueira para jardim, em plástico, resistente, trançada 1/2 polegada, com esguicho e engate rápido para torneira, comprimento mínimo de 50 metros	UND	154

LOTE XIII

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QUANT.
1	Balde em polietileno ou polipropileno com alça de metal capacidade 10 litros	UND	159
2	Balde em polietileno ou polipropileno com alça de metal capacidade 15 litros	UND	309
3	Balde em polietileno ou polipropileno com alça de metal capacidade 20 litros.	UND	235
4	Balde em polipropileno, na cor azul, capacidade para 04 litros, medindo: A 18 cm x C 26 cm x P 16 cm	UND	29
5	Balde espremedor, material em polipropileno, na cor amarela, capacidade para 30 litros, com sistema de espremedor com pressão, dreno de escoamento de água suja, divisória de água limpa e suja, giratórios para fácil manutenção e higienização. Acompanha refil mop úmido 320 g loop com cinta, garra plástica, cabo de alumínio 1,2 mt e placa sinalizadora "piso molhado".	UND	39
6	Carro funcional modular para higiene e transporte de resíduos, material em polipropileno. Respeitando às indicações das NR's 32 e 17 que determinam normas para diversas atividades em serviços de saúde, visando a prevenção de acidentes e a proteção da integridade física dos trabalhadores. Contendo: 01 saco de vinil com capacidade de até 90 litros e/ou 50 Kg, 02 baldes de 15 litros	UND	16



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

	casa, sendo um na cor vermelha e outro na cor azul, 01 espremedor para mop úmido, refil mop úmido 320 g loop com cinta, garra plástica, cabo de alumínio de 1,4 m e placa de sinalizadora "piso molhado". Medindo 116 x 100 x 57 cm (montado)		
7	Cesto coletor, material em polipropileno, capacidade para 15 litros, sem tampa, diâmetro de 24 cm e altura de 30 cm.	UND	143
8	Cesto coletor, material em polipropileno, capacidade para 25 litros, com tampa basculante, diâmetro de 24 cm e altura de 60 cm.	UND	82
9	Cesto coletor, material polipropileno, capacidade para 25 litros, sem tampa, diâmetro de 24 cm e altura de 50 cm	UND	30
10	Cesto/balde plástico com tampa, capacidade 100 l	UND	185
11	Coletor de lixo para coleta seletiva, material em polipropileno, com estrutura metálica, com pintura eletrostática e chave para abertura do coletor. Com tampa. Conjunto com 04 (quatro) lixeiras com capacidade para 50 litros cada. Acompanha estrutura para fixação.	KIT	47
12	Coletor de pedal, material em polipropileno, capacidade para 100 litros, com tampa sistema de abertura/fechamento através de pedal.	UND	384
13	Coletor de pedal, material em polipropileno, capacidade para 25 litros, com tampa sistema de abertura/fechamento através de pedal	UND	204
14	Coletor de pedal, material em polipropileno, capacidade para 50 litros, com tampa sistema de abertura/fechamento através de pedal.	UND	566
15	Dispenser em acrílico para copo descartável de 200 ml.	UND	248
16	Dispenser em acrílico para copo descartável de 50 ml.	UND	92
17	Dispenser em polietileno ou polipropileno para álcool gel= Saboneteira para álcool em gel, acionamento por sensor, material em acrílico super resistente, capacidade para 700 ml,(até 800 ml) dosagem de até 2 ml por acionamento. Medidas aproximadas: 16,5 cm x 11 cm x 9,5 cm. Modelo tipo fixação de parede. Acompanha parafusos e buchas necessárias.	UND	26
18	Dispenser em polietileno ou polipropileno para sabonete líquido= Saboneteira para sabonete líquido, acionamento por sensor, material em acrílico super resistente, capacidade para 700 ml,(até 800 ml) dosagem de até 2 ml por acionamento. Medidas aproximadas: 16,5 cm x 11 cm x 9,5 cm. Modelo tipo fixação de parede. Acompanha parafusos e buchas necessárias.	UND	30
19	Dispenser para papel higiênico, rolo institucional, em metal, pintura esmaltada na cor branca, reforçado, suporta rolos de até 800 m. Medida 37 cm (altura) x 35,5 cm (largura) x 12,7 (profundidade).	UND	312
20	Dispenser para papel toalha interfolhado, 3 dobras, alta capacidade, reforçado, na cor branca. Medindo 280 x 115 x 409 mm	UND	566
21	Dispenser para porta papel interfolhado, 2 dobras, material plástico ABS, tipo interfolha, cor branca e cinza, características adicionais: capacidade de 600 folhas c/ visor e chave. Modelo tipo fixação de parede. Acompanha parafusos e buchas necessárias.	UND	22
22	DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO COM RESERVATÓRIO. Capacidade em volume: 800 ml. Material: plástico. Tipos de produtos compatíveis: sabonete	UND	780



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

	líquido, álcool em gel, detergente, creme. Consistências do produto: líquido. Tipo de dosagem: bomba manual. Tipo de instalação: de parede. Acompanha parafusos e buchas para fixação.		
23	Lixeira Coletora para Copos Descartáveis de 200ml, Dupla, em PVC, com Base para Chão, e capacidade para aproximadamente 300 copos.	UND	156

LOTE XIV

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QUANT.
1	Fita zebrada para sinalização em poliestireno, medindo 70 mm de espessura. O rolo deve possuir 200 m de comprimento, nas cores amarela e preta.	Rolos	153



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Barreiras/BA, _____ de _____ de _____.

AGENTE PÚBLICO

(Esse campo deverá ser preenchido pela municipalidade após adjudicação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

ANEXO IV DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Barreiras/BA, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA**

**ANEXO V
DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Barreiras/BA, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

ANEXO VI
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL

DADOS DA LICITAÇÃO		
PREGÃO Nº	PROCESSO Nº	OBJETO

DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL		
CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL
ENDEREÇO		
TELEFONE	FAX	EMAIL
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº

DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO		
NOME		
RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF

VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS	PRAZO DE EXECUÇÃO
--------------------------------	-------------------

LOTE XXX				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
TOTAL GERAL				
TOTAL GERAL (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				

OBSERVAÇÕES:

1 - Proposta de Preços em papel timbrado do licitante.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA**

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

VALIDADE: ____/____/____

Aos dias ____ domês de ____ do ano de ____, na _____ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA**, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou _____ a(o) [entidade da Administração Indireta], nos termos das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº _____, homologado em _____ e publicado no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA nº ____, de _____, **RESOLVE** registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para visando a **Aquisição de MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE PESSOAL, DESCARTÁVEIS E MATERIAIS PARA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE PISCINAS**, visando atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Barreiras-BA, consoante o disposto no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____ e/ou no Termo de Referência.

DADOS DA EMPRESA				
RAZÃO SOCIAL				
CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL		
ENDEREÇO				
TELEFONE	FAX	EMAIL		
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº		
LOTE XXX				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
TOTAL GERAL				
TOTAL GERAL (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses.

Parágrafo Primeiro – A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

- a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;
- b) demonstração de que o valor da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- c) manifestação expressa do interesse da CONTRATADA na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

Parágrafo Segundo – O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Execução correspondente.

Parágrafo único – Cada Ordem de Execução conterá, sucintamente:

- a) o número da Ata;
- b) a descrição do serviço;
- c) o local de entrega e hora;
- d) o valor da requisição;
- e) as condições de pagamento;
- f) as penalidades;
- g) a garantia contratual.

CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

4.1. DO RECEBIMENTO

4.1.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

4.1.2. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

4.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 dez dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

4.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

4.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

4.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

4.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.2. DA LIQUIDAÇÃO

4.2.1. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de 10 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;

4.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.2.3. Para fins de liquidação, o Setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do Órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

4.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.2.6. A Administração deverá:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018);

4.2.7. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

4.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

4.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

4.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação;

4.3. DO PRAZO DE PAGAMENTO

4.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados do atesto na Nota Fiscal, pelo Fiscal do Contrato;

4.3.2. Forma de pagamento:

4.3.2.1. As notas fiscais deverão ser entregues ao Setor de Compras do Município, para controle e processo de pagamento;

4.3.2.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá encaminhar juntamente com Nota Fiscal, os seguintes documentos:

I – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

II - Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

III - Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de Certidão Conjunta de débitos relativo aos tributos federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil;

IV - Prova de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

4.3.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado;

4.3.2.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

4.3.2.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.3.2.6. Independentemente do percentual de tributos inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.3.2.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de Entrega:

5.1.1. Os objetos deste termo de referência deverão ser entregues nos seguintes Almoxxarifados:

SECRETARIAS	LOCAL
Almoxxarifado da Secretaria Municipal de Administração	Rua Barão de Cotegipe, nº 273, Centro, Barreiras/BA
Almoxxarifado da Secretaria Municipal de Assistência Social	Rua Poções, 120, Loteamento Rio Grande – Barreiras-BA
Almoxxarifado da Secretaria Municipal de Saúde	Rua Marabá, nº 330, Barreirinhas – Barreiras – BA

5.1.1.1. Os materiais poderão ser entregues em outro local previamente determinado pelas Secretarias, neste Município, mediante a expedição de solicitação de fornecimento pelos Setores Competentes;

5.1.2. O prazo de entrega dos materiais é de até 10 (dez) dias úteis, contados após a requisição dos mesmos, através de solicitação de fornecimento emitidos pelas Secretarias, de forma parcelada, de acordo com a necessidade;

5.1.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.1.4. No ato da entrega dos materiais, as Notas Fiscais devem conter as quantidades e especificações de todos os itens fornecidos;

5.1.5. O transporte do material deverá ser realizado em veículo adequado que garanta a qualidade e integridade dos mesmos, sendo todos entregues em perfeito estado;

5.1.6. A empresa a ser contratada obrigará-se a substituir, sem ônus para a contratante, o material entregue avariado ou impróprio ao uso a que se destina;

5.1.7. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que determinado produto foi entregue em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompleto, a empresa contratada será notificada e o pagamento será suspenso até que a situação seja regularizada;

5.1.8. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto a ser licitado, correrão por conta exclusiva da contratada;

5.1.9. Qualquer produto será recusado inteiramente nas seguintes condições:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

5.1.9.1. Caso seja entregue em desconformidade com as especificações constantes do item 1.2 do termo e da proposta vencedora;

5.1.9.2. Caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo;

5.1.9.3. Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes.

5.1.10. Nos casos de recusa do produto, a empresa contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para providenciar a sua substituição, contados a partir da comunicação oficial feita pelas Secretarias Municipais.

5.1.11. Os itens dos lotes I e II que não forem isentos do registro da ANVISA, deverão possuir o devido registro, e o número do registro deverá ser apresentado juntamente com a proposta do preço

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i)** fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- d) Multa:**
 - (1)** moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
 - (2)** multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
 - (3)** compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

6.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

6.4. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

6.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

- 6.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);
- 6.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 6.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 6.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b)** as peculiaridades do caso concreto;
 - c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d)** os danos que dela provierem para a Contratante;
 - e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);
- 6.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);
- 6.9.** A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);
- 6.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

Parágrafo Primeiro – Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Parágrafo Segundo – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo da prestação dos serviços e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

Parágrafo Terceiro – Observado o disposto no parágrafo segundo, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a)** convocar os prestadores de serviço registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;
- b)** frustrada a negociação, os prestadores de serviço beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

c) convocar os demais prestadores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quarto – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;

b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Parágrafo Sexto – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

a) pelo decurso do prazo de vigência;

b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;

c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;

d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;

e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

Parágrafo Sétimo – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração:

a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;

d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

Parágrafo Oitavo – No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Nono – Na hipótese prevista no parágrafo oitavo, o fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

Parágrafo Décimo – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de fornecimento de bens, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o procedimento previsto no Edital.

Parágrafo Décimo Primeiro – O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA

8.1 Será exigida a garantia da contratação no total de 5% do valor inicial do contrato, conforme tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021;

8.1.1. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato;

8.1.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato;

8.1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

CLÁUSULA NONA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____ e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em ____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Barreiras/BA, _____ de _____ de _____.

**Agente Público competente do órgão ou entidade
contratante**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ANEXO VIII



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO – OES – OFM Nº ____ / ____
REF. ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ____ / ____

À

EMPRESA:		
ENDEREÇO:		
CNPJ:	TELEFONE:	TELEFONE:
Nº DO BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA CORRENTE:

Solicitamos a Vossa Senhoria prestar os serviços abaixo discriminados observadas as especificações constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____ e/ou do Termo de Referência seu anexo, da Ata de Registro de Preços acima referenciada e da sua Proposta de Preços, constante do Processo Administrativo nº _____ de ____/____/____, após a autorização do Órgão Gerenciador do Sistema.

1. OBJETO

O objeto da presente ordem de execução é **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** visando a **Aquisição de MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE PESSOAL, DESCARTÁVEIS E MATERIAIS PARA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE PISCINAS**, visando atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Barreiras-BA, conforme as especificações constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE—Nº ____/____ e/ou do Termo de Referência.

2. EXECUÇÃO

A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da Contratada, além das constantes nos artigos 92, inciso XVI, 115, 119, 120 e 121 da Lei nº Federal nº 14.133/2021, as seguintes:

- I. Executar o objeto de acordo com as condições, prazo, especificações e quantitativos estipulados no Termo de Referência e no edital;
- II. Responsabilizar-se pela entrega dos materiais conforme estabelecido no Termo de Referência, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da Contratada;
- III. Substituir, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, os materiais que não estejam em conformidade;
- IV. Garantir que os materiais a serem fornecidos atendam às exigências do Termo de Referência e que os mesmos sejam entregues com toda segurança de forma a preservar a integridade dos produtos, no local indicado pela Contratante;
- V. Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;
- VI. Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto a ser contratado, para adoção das medidas cabíveis;
- VII. Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários ao fornecimento dos materiais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS ESTADO DA BAHIA

VIII. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, não cabendo as Secretarias Municipais, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos e indiretos;

IX. Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo Contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;

X. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei e no Edital de licitação;

XI. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato;

XII. Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, nos termos do artigo Nº 125, da Lei Federal 14.133/21

4. DO PAGAMENTO

a) O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados do atesto na Nota Fiscal, pelo Fiscal do Contrato;

b) As notas fiscais deverão ser entregues ao Setor de Compras do Município, para controle e processo de pagamento;

c) Para efeito de pagamento, a Contratada deverá encaminhar juntamente com Nota Fiscal, os seguintes documentos:

I – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

II - Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

III - Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de Certidão Conjunto de débitos relativo aos tributos federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil;

IV - Prova de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

d) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado;

e) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

f) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

g) Independentemente do percentual de tributos inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

h) O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram e complementam a presente Ordem de Fornecimento de Materiais, o Termo de Referência e a Proposta de Preços relativos ao PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____.

Barreiras/BA, ____ de _____ de _____.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
ESTADO DA BAHIA

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)